

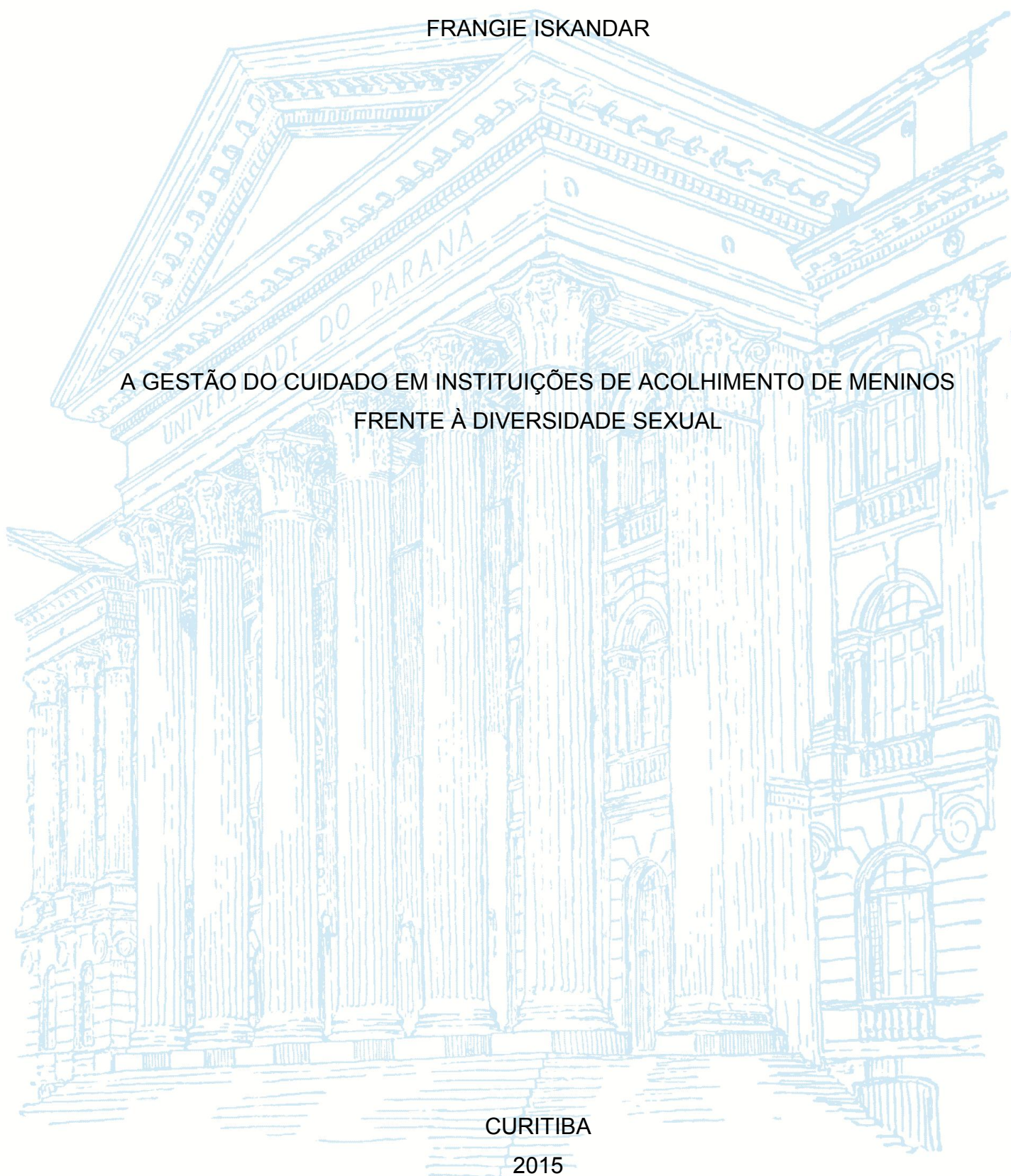
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANGIE ISKANDAR

A GESTÃO DO CUIDADO EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE MENINOS
FRENTE À DIVERSIDADE SEXUAL

CURITIBA

2015



FRANGIE ISKANDAR

A GESTÃO DO CUIDADO EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE MENINOS
FRENTE À DIVERSIDADE SEXUAL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Araci Asinelli-Luz

CURITIBA

2015

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Iskandar, Frangie.

A gestão do cuidado em instituições de acolhimento de meninos frente à diversidade sexual / Frangie Iskandar, 2015.
111 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Araci Asinelli-Luz

1. Adolescentes – Assistência em instituições. 2. Adolescentes – Comportamento sexual. 3. Adolescentes (Meninos). 4. Homossexualidade e educação. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



PARECER

Defesa de Dissertação de **Frangie Iskandar** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Araci Asinelli da Luz, Prof. Dr. Maurício Wisniewski, Prof.^a Dr.^a Marlene Schüssler D'Aroz, Prof. Dr. Antonio Luiz Martins dos Reis, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "A GESTÃO DO CUIDADO NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE MENINOS FRENTE À DIVERSIDADE SEXUAL".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIAÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Araci Asinelli da Luz		Aprovada
Prof. Dr. Maurício Wisniewski		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Marlene Schüssler D'Aroz		Aprovado
Prof. Dr. Antonio Luiz Martins dos Reis		APROVADO

Curitiba, 30 de março de 2015

Profª. Drª. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Profª. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

A todos que cruzaram meu caminho e
compartilharam deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser sempre meu companheiro nas horas difíceis, não me deixando desistir nunca; pelas conquistas, pelas oportunidades, pela saúde e força que me fizeram chegar até aqui.

À minha família, por ter compreendido minha constante ausência do seu convívio.

À Profa. Dra. Araci Asinelli-Luz, que não mediu esforços para me auxiliar e motivar nesta jornada.

Ao Fernando Francisco de Góis, pela sua generosidade que abriu o caminho para que eu pudesse seguir em frente.

Aos gestores e educadores que participaram da pesquisa cedendo um pouco do seu precioso tempo.

Às instituições que me acolheram com tanto carinho e dedicação.

Aos membros da Banca, Profa. Dra. Araci Asinelli-Luz, Prof. Dr. Maurício Wisniewski, Profa. Dra. Marlene Schüssler D'Aroz e Prof. Dr. Antonio Luiz Martins dos Reis, pela disponibilidade e manifesto de compartilhar seus valiosos conhecimentos.

À Profa. Dra. Marlene Schüssler D'Aroz, que nas horas mais inusitadas, independente do meio de comunicação, marcava presença com suas palavras de carinho, sempre emanando energia positiva.

Às minhas amigas, que mesmo à distância sempre estiveram torcendo por mim.

Aos colegas, professores e funcionários da UFPR, pela dedicação de cada um, que tornaram possível esta pesquisa.

A todas as crianças e adolescentes, o meu respeito e a minha gratidão.

À Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva, Coordenadora do PPGE, pela incansável luta e dedicação junto ao Departamento de Educação, com o objetivo proporcionar melhor qualidade de Educação.

À CAPES, pela bolsa auxílio de Mestrado em Educação no PPGE-UFPR, da Universidade Federal do Paraná, concedida no período de novembro/2013 a março/2015.

A todos que colaboraram, direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa visa verificar a gestão do cuidado em instituições de acolhimento para meninos frente à diversidade sexual. Para tanto, visa compreender como os gestores sociais e educadores lidam e cuidam dos adolescentes com orientação sexual homossexual. Participaram da pesquisa três gestores e sete educadores de ambos os sexos, com idade entre 24 e 55 anos, de três instituições de acolhimento, uma na região metropolitana e duas em Curitiba. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa e exploratória, cuja coleta de dados foi realizada segundo o Método Exploratório Crítico de Piaget, como proposto por Delval (2002). Para a análise dos dados seguiu-se o modelo de Núcleos de Significação, conforme Aguiar e Ozella (2006). Foram quatro os núcleos de significação que nortearam as análises: experiência profissional, dimensão do cuidado, sexualidade e orientação sexual e demandas pessoais e institucionais. Os resultados mostraram a dificuldade dos gestores e educadores quanto ao cuidado com adolescentes frente à diversidade sexual, tendo como pressupostos de referência o modelo heteronormativo. Os dados mostram a ausência de conhecimento específico sobre a orientação sexual e a teoria de gênero, bem como o viés religioso e a indiferença no cuidado, embora verbalizem, em seus discursos compreensão e respeito a diversidade sexual.

Palavras-chave: Adolescentes Institucionalizados. Educador social. Sexualidade. Diversidade Sexual.

ABSTRACT

This research aims to verify the care management in institutions for boys in relation forward to sexual diversity. To understand how much the social managers and educators deal, care for adolescents with homosexual orientation. The participants were three managers and seven teachers of both sexes, aged 24 to 55 years, three host institutions, one in the metropolitan area and two in Curitiba. It is characterized as qualitative exploratory study, in which data collection was performed using the Exploratory Method Piaget critic and proposed by Delval (2002). For the analysis of the data followed the Meaning Centers model, as Aguiar and Ozella (2006). There were four meaning core that guided the analysis: professional experience, dimension of care, sexuality and sexual orientation and personal and institutional demands. The results showed the difficulty of managers and educators on the care of adolescents in sexual diversity, and the same as assumptions, the heteronormative model as reference. The data show the absence of specific knowledge on sexual orientation, gender theory and religious bias, as indifferent to care, although demonstrating the speech, understanding and respect for sexual diversity.

Keywords: Teens institutionalized. Social educator. Sexuality. Sexual orientation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO	38
QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES GESTORES	55
QUADRO 3 - CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES EDUCADORES	55
QUADRO 4 - NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PROTOCOLO DE ENTREVISTA.....	60
QUADRO 5 - SÍNTESE DOS INDICADORES DO ESTUDO	61
QUADRO 6 - GESTORES	78
QUADRO 7 - SÍNTESE DOS INDICADORES COM EDUCADORES.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS OUSIGLAS

ABGLT	- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AMPJIFEP	- Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná
APA	- American Psychological Association
CADÚNICO	- Cadastro Único
CFESS	- Conselho Federal de Serviços Social
CFP	- Conselho Federal de Psicologia
CIPEX	- Centro Internacional de Pesquisa e Extensão
CNAS	- Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	- Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	- Centros de Referência Especializados de Assistência Social
DM	- Deficiência Mental
DDM	- Departamento de Deficiência Mental
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS	- Fundação de Ação Social
FIA	- Fundo Estadual para a Infância e Adolescência
FUNABEM	- Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
GLTB	- Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPEX	- Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão
NEE	- Necessidades Educativas Especiais
LGBT	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTTIQ	- Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Transgênero/Travesti, Intersexual e Queer
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEE	- Necessidade Educacional Especial
NOB/SUAS	- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOBRH/SUAS	- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NOGs	- Non-Governmental Organizations
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONG	- Organização não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PPGE	- Programa de Pós-Graduação em Educação
SAM	- Serviço de Assistência a Menores
SEED	- Secretaria de Estado da Educação
SCIELO	- Scientific Electronic Library Online
SINASE	- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
UNICENTRO	- Universidade Estadual do Centro-Oeste
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para Infância
UNESCO	- Organizações das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNIC	- Centros de informação das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DA PESQUISADORA.....	13
1.2	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS	14
1.2.1	Abordagens do problema	15
1.2.2	Apresentação da literatura.....	17
1.2.3	Apresentação da estrutura da dissertação	18
2	ADOLESCÊNCIA.....	19
2.1	IDENTIDADE	21
2.2	SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA	23
2.3	ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	25
2.4	DIVERSIDADE SEXUAL	28
2.5	HOMOSSEXUALIDADE	31
2.6	VIOLÊNCIA	33
2.7	DIREITOS HUMANOS	34
3	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	37
3.1	HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES	38
3.2	CONCEPÇÕES DAS INSTITUIÇÕES.....	40
3.3	ADOLESCÊNCIA INSTITUCIONALIZADA.....	42
3.4	GESTÃO DO CUIDADO	45
3.5	FAMÍLIA.....	49
4	ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	54
4.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	54
4.2	PARTICIPANTES DA PESQUISA	54
4.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	56
4.4	COLETA DE DADOS.....	57
5	RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	59
5.1	NÚCLEO I: NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	61
5.1.1	Gestores	61
5.1.2	Educadores	63
5.2	NÚCLEO II: NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: DIMENSÃO DO CUIDADO	66

5.2.1	Gestores	66
5.2.2	Educadores	67
5.3	NÚCLEO III: NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO: SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL	71
5.3.1	Gestores	71
5.3.2	Educadores	73
5.4	NÚCLEO IV: NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO: DEMANDAS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS	75
5.4.1	Gestores	75
5.4.2	Educadores	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O EDUCADOR SOCIAL	96
	APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O GESTOR SOCIAL	97
	APÊNDICE C – TESES DE DOUTORADO UFPR.....	98
	APÊNDICE D – DISSERTAÇÕES DE MESTRADO UFPR	99
	APÊNDICE E – ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS (ARTIGOS SCIELO).....	102
	APÊNDICE F – DIVERSIDADE SEXUAL (ARTIGOS SCIELO)	103
	APÊNDICE G – ARTIGOS ORIENTAÇÃO SEXUAL (ARTIGOS SCIELO)	105
	APÊNDICE H – ABRIGOS (ARTIGOS SCIELO)	107
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DA PESQUISADORA

Inicialmente se faz necessário apresentar algumas considerações sobre a motivação da escolha do tema, assim como um breve histórico da trajetória profissional e acadêmica da pesquisadora, psicóloga e psicopedagoga, com experiência junto a crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem e comportamento.

Após a conclusão do curso de Psicologia Clínica, em 1986, ingressou em uma escola especializada para crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais (NEEs). Em 1988 iniciou o atendimento psicológico no consultório e, paralelamente, continuou na área de educação fazendo parte da equipe de avaliação psicoeducacional no Departamento de Deficiência Mental (DDM) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). Também ministrava palestras para pais e professores. Em 1990 cursou Pós-Graduação em Educação Especial na área de Deficiência Mental (DM) na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) de Guarapuava. Em 2001 fez o curso de aperfeiçoamento em Terapia Familiar Sistêmica pela Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná (AMPJIFEP).

Em 2002 fez formação sobre defesa da criança e do adolescente vítima de violência junto ao Ministério da Justiça. Em 2010, concluiu o curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia, no Centro Internacional de Pesquisa e Extensão (CIPEX). No início de 2004 a pesquisadora iniciou a docência no Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão (IBPEX). Lecionou a disciplina Distúrbio de Comportamento e Transtorno de Personalidade para professores dos Ensinos Fundamental e Médio. Participou de bancas examinadoras na área de Inclusão em Educação Especial. Atuou como perita nos fóruns das cidades de Irati e Prudentópolis, no Estado do Paraná, em triagem para crianças em fase de adoção e também na avaliação para crianças e adolescentes com o propósito de reintegração em famílias substitutas e biológicas. A pesquisadora é voluntária em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescente em situação de risco.

A motivação que levou a pesquisadora a investigar esse tema nas instituições de acolhimento deve-se ao fato de estar envolvida profissionalmente com o trabalho com crianças e adolescentes com idades e gêneros diferentes, nos ambientes clínico e educacional – motivo pelo qual buscou o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e, por conseguinte, a mudança do paradigma da criança e do adolescente de “menores” para “sujeitos de direitos” em estado peculiar de desenvolvimento, muitas modificações significativas vêm ocorrendo nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito às relações humanas, às noções de cuidados e à inclusão social. Além disso, os estudos sobre sexualidade humana e a teoria de gênero, de certa forma, revolucionaram a dinâmica familiar e social. Nessa temática, um dos fatores que despertou a atenção de famílias, professores e da sociedade vem se destacando com maior mobilidade: a orientação sexual.

Nesse sentido, apesar dos avanços que estão acontecendo, a sociedade ainda se encontra despreparada para acolher a diversidade sexual como possibilidade humana natural e não como uma doença, um desvio de conduta ou castigo, como entendido na Antiguidade – e ainda hoje, por grupos religiosos radicais e ortodoxos. Essa visão, ainda conservadora, repercute na forma como as crianças e adolescentes que se percebem “diferentes” frente ao modelo heteronormativo da sociedade são tratados na família, na escola e na comunidade onde vivem. Em especial, interessa destacar o modo de cuidado que as instituições de acolhimento apresentam junto a adolescentes diante da diversidade sexual, uma vez que as mesmas são criadas segundo o modelo heteronormativo, ou seja, tendo como referência o sexo biológico. A incompreensão frente à diversidade sexual pode indicar a falta de formação profissional e conhecimento teórico-metodológico para trabalhar com adolescentes de diferentes orientações sexuais. Os adolescentes que destoam do modelo sexual heteronormativo trazem consigo o sofrimento pelo preconceito nos ambientes escolares, sociais e familiares. Devido a esses fatores,

sua autoestima é afetada e sentem-se, muitas vezes, fadados ao fracasso pessoal e profissional.

Embora seja uma fase transitória do desenvolvimento humano em culturas e tradições que a adotem, a adolescência é uma etapa importante na construção de valores, da personalidade, da identidade sexual, de gênero e da escolha profissional. Mas também é uma etapa carregada de angústias e preocupações, com conflitos de diferentes ordens, em que os adolescentes tendem a rejeitar fórmulas e regras. O adolescente, nessa fase, “não é mais nada, nem criança amadas nem adulto reconhecido” (CALLIGARIS, 2000, p. 24). A insegurança torna-o frágil diante de tantas demandas que deve enfrentar.

1.2.1 Abordagem do problema

O presente trabalho nasceu do interesse da pesquisadora ao trabalhar com adolescentes de diferentes orientações sexuais, oriundos de escolas e instituições de acolhimento. Tanto em escolas quanto em abrigos, os adolescentes carecem de cuidados específicos e pertinentes como orientação multiprofissional, acompanhamento familiar e profissional. Embora muitas crianças e adolescentes acolhidos tenham famílias biológicas, necessitam de um lar onde exista amor, carinho, pai/mãe ou um adulto de referência, que possa orientar e suprir suas necessidades básicas, além de ensinar valores morais, espirituais, sociais; enfim, dar toda a proteção que a pessoa merece e tem direito como cidadão.

Na falta de condições mínimas, essas crianças e adolescentes são mais vulneráveis, carentes de amor, cuidados, respeito, de uma vida digna e tendem a ter autoestima baixa. Partindo da reflexão sobre a vivência com adolescentes com diferentes orientações sexuais a pesquisadora propõe, como objeto de estudo, a gestão do cuidado na instituição de acolhimento de meninos frente à diversidade sexual.

A sociedade não se encontra preparada para os novos tempos, pois a diversidade sexual ainda não é muito aceita, sendo vista como algo “estranho”. A discriminação sexual frequentemente direcionada aos adolescentes com identidade de gênero diferente do sexo (biológico) gera consequências negativas no desenvolvimento. Nesse sentido, a revolta provocada pelo preconceito suscita o conflito na família e na instituição de acolhimento. Ao sentir-se vulnerável devido ao

seu estado emocional, o adolescente acaba provocando atrito e dificultando a convivência com os que se encontram no mesmo espaço social.

Dentre outros fatores, o desânimo e a falta de perspectiva de vida levam o adolescente ao abandono da escola, podendo ser um caminho para a rua, as drogas e a criminalidade como meio de sobrevivência. Qual a alternativa favorável no contexto relacional no desenvolvimento do adolescente e o que fazer para entender e definir as suas limitações? Quem são as pessoas implicadas nesse processo de busca? A instituição de acolhimento pode e deve lidar com as dificuldades que surgem no contexto e no decorrer da vida do adolescente abrigado frente à diversidade sexual? Os problemas que inquietam são os mesmos que instigam a investigar sua gênese e refletir sobre esses comportamentos, os cuidados e como estes interferem no desenvolvimento humano.

Assim, esta investigação tem como problema de pesquisa: **como as instituições de acolhimento de meninos desenvolvem a gestão do cuidado com adolescentes frente à diversidade sexual?**

Com o intuito de verificar temas relacionados à adolescência, realizou-se o levantamento de amostras de artigos por categorias. Os descritores aplicados aos artigos da Scielo Brasil foram “adolescência”, “instituições de acolhimento”, “adolescências abrigadas”, “adolescência” e “sexualidade”.

O trabalho socioeducativo com adolescentes frente à diversidade sexual no contexto de acolhimento, dos limites e possibilidades é fato importante na educação atual. Foi tomado como objetivo geral analisar a gestão do cuidado das instituições de acolhimento de meninos frente à diversidade sexual, a fim de contribuir com as políticas públicas de orientação às Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais instituições de acolhimento na garantia do cuidado e dos direitos humanos aos adolescentes frente à diversidade sexual.

Para o aprofundamento do conhecimento sobre esse cuidado, definiu-se como objetivos específicos:

- Verificar quais os procedimentos utilizados pelos gestores e educadores sociais de instituições de acolhimento, ao longo dos anos, frente ao cuidado dos adolescentes;
- Investigar a postura dos educadores frente à interação com os adolescentes no espaço da instituição de acolhimento;

- Identificar as habilidades de gestores e educadores sociais em instituições de acolhimento no cuidado com adolescentes em situação de vulnerabilidade social;
- Analisar os fatores que proporcionam melhor envolvimento no cumprimento dos cuidados no cotidiano do adolescente, no processo de acolhimento;
- Avaliar as habilidades de gestores e educadores sociais frente à diversidade sexual nas instituições de acolhimento.

1.2.2 Apresentação da Literatura

A presente pesquisa teve como abordagem a revisão teórica de livros, artigos, teses e revistas científicas, salientando a Adolescência Institucionalizada frente à diversidade sexual. Para tanto, os temas foram abordados por pesquisadores internacionais e nacionais, com consultas realizadas nos portais eletrônicos da UFPR, SciELO Brasil, *Scientific Eletronic Online* e *American Psychological Association* (APA).

A respectiva seleção é proveniente do levantamento de uma amostra pequena, em comparação à quantidade imensa de pesquisas existentes internacionalmente. A APA, em comparação com a SciELO nacional, possui quantidade menor de artigos de psicologia (vide seção APÊNDICES).

A pesquisa nacional e internacional indicou que grande maioria dos estudos se refere ao adolescente institucionalizado, abordando temas como a violência e vulnerabilidade social; quanto à sexualidade, a maior preocupação evidenciada é com a prevenção de doenças sexuais transmissíveis.

Ao verificar a pesquisa de teses defendidas na UFPR no período de 2005 a 2015, foi encontrada porcentagem mínima referente ao assunto adolescente institucionalizado com orientação homossexual. Das quatro teses identificadas, três ressaltam os temas institucionalização, vulnerabilidade social e ambiente institucional; uma tese se refere especificamente à diversidade sexual entre políticas públicas, movimentos sociais e educação. No que concerne às dissertações da UFPR, de 2005 a 2015, foi encontrado duas dissertações defendidas por professores de Educação Física, abordando temáticas sobre corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual. Outros temas relacionados à educação sexual na

escola foram encontrados, como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Ao pesquisar os artigos nacionais da SciELO, com os descritores “adolescentes institucionalizados”, “diversidade sexual”, “orientação sexual”, “abrigos”, desde 2005 a 2015, constatou-se que os temas mais destacados foram:

- Em “adolescentes institucionalizados”, destaca-se a questão da violência, família e vulnerabilidade social;
- Quanto à diversidade sexual, o destaque mais frequente foi a desigualdade na escola envolvendo gênero e sexualidade, bem como a omissão do tema de diversidade sexual no currículo escolar;
- O tema “orientação sexual” aborda assuntos como o preconceito contra homossexuais e a historicização de gays e lésbicas, a rede social política e jurídica e o combate à discriminação;
- Em relação aos abrigos, constatou-se a maior importância da estrutura e seu funcionamento. Nesse sentido, foram apontados como assuntos de maior relevância: conhecer o processo de acolhimento através de relatos de crianças e educadores, investigar estratégias por profissionais que avaliam abrigos e conhecer o papel da família de ex-abrigados.

1.2.3 Apresentação da estrutura da dissertação

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro, Introdução, apresenta a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, o problema de pesquisa, sua justificativa e os objetivos e a estrutura da dissertação. No segundo capítulo, intitulado Adolescência, aborda-se o desenvolvimento evolutivo do adolescente, com ênfase no desenvolvimento sexual. O terceiro capítulo apresenta um breve histórico das instituições, a política de institucionalização, a adolescência institucionalizada, a concepção de gestão do cuidado enquanto campo de pesquisa. O quarto capítulo apresenta o método utilizado na pesquisa. Esclarece também sobre o delineamento da pesquisa, os participantes, instrumentos e procedimentos de coleta e análise de dados. O quinto capítulo apresenta os resultados, análise e discussões. O sexto capítulo apresenta as considerações finais. Segue-se, por fim, as referências, os apêndices e anexos.

2. ADOLESCÊNCIA

O conceito de adolescência é definido de várias formas; esse termo tem origem no latim *adolescentia*, de *adolescere*, cujo significado é “crescer ou desenvolver” (ÂMBITO JURÍDICO, 2008a, p. 1). É significativo o número de pesquisadores que demonstram interesse pelo assunto; essa busca se deve a novas informações relevantes sobre a adolescência. Autores como Tiba (1986), Becker (1987), Oliveira (2009), Bock (2007) e Zagury (2009), dentre outros, destacam-se pelo empenho do estudo a fim de conhecer as novas características do adolescente contemporâneo. Com o avanço da tecnologia, surgiram novos perfis no desenvolvimento cultural e social; com isso, foram se modificando os comportamentos, trazendo com eles outras necessidades.

A compreensão do desenvolvimento da adolescência e suas transformações teve início no final do século XX e no início do século XXI. É preciso considerar que as modificações físicas e psicossociais são carregadas de medos, perdas, conflitos, sonhos, realizações e conquistas. A maturidade dos adolescentes foi se modificando através dos tempos, as idades cronológicas não correspondem mais às idades mentais: antes, certos comportamentos eram previsíveis em determinadas idades; hoje, no entanto, existe maior variação no comportamento dependendo da região, cidade, etnia, devido ao ambiente e ao contexto familiar.

Ainda há divergência nas leis com relação à idade do adolescente. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o período da adolescência inicia aos dez anos e se estende até os 19 anos. No entanto, a legislação brasileira adotada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 2º abrange o período dos 12 aos 18 anos incompletos (BRASIL, 1990, p. 3). O interesse pela adolescência não se restringe somente aos pesquisadores, mas também a educadores e pais, pela curiosidade em conhecer essa fase conhecida como a mais difícil do desenvolvimento humano.

A importância de apresentar informações mais contundentes e trazer respaldo inovador de esclarecimentos fez com que alguns autores como Bock (2007) e Aguiar, Bock e Ozella (2001) elaborassem estudos mais recentes sobre a adolescência, sem deixar de se referir à contribuição do precursor Stanley Hall, do início do século XX, que definiu a adolescência como sendo a fase de “tormenta suas conturbações vinculadas à emergência da sexualidade” (BOCK, 2007, p. 64). A

referência constante do teórico justifica-se por sua relevância na Psicologia da Adolescência:

G. Stanley Hall (1844-1924) tem sido frequentemente considerado como pai da “Psicologia da adolescência”. Foi o primeiro psicólogo a propor a psicologia da adolescência como campo distinto de conhecimento e a usar métodos científicos no seu estudo da adolescência. Pode-se dizer que ele constitui uma ponte entre a abordagem filosófica, especulativa, do passado e a abordagem científica e empírica do presente. (MUUSS, 1976. p. 21).

Por outro lado, tanto o fenômeno da puberdade como a adolescência fazem parte do processo desenvolvimento de maturação. Em algumas culturas, há rituais específicos pelos quais os adolescentes passam para fazer esta transição.

Grossman (1998) relata, em sua pesquisa, algumas mudanças que os adolescentes passam através dos tempos. Fazendo uma analogia entre o ritual das meninas e dos meninos, a autora indica que, desde aquela época até os dias atuais, ainda é argumentada claramente a fragilidade das mulheres em comparação aos homens.

Grossman (1998) abordou historicamente a educação dos adolescentes na Grécia Clássica, indicando que as crianças eram protegidas no gineceu, aguardando a moratória, entretidas com “canções e histórias da mitologia” (p. 1). Em Esparta, ao atingir os sete anos de idade, os meninos eram treinados de forma rígida e cruel – um “verdadeiro adestramento” (p. 1). Dos 16 anos aos 20 anos, passavam por várias provas. Já em Creta havia uma pessoa adulta ao seu dispor, que seria seu “seu guia”. Nessa fase, recebiam educação em escolas, enquanto as meninas aprendiam o fundamental e trabalhos domésticos. Tanto os rapazes como as moças passavam por uma preparação física em Atenas. No entanto, as meninas eram preparadas para serem mães de família e casavam entre 15 e 16 anos de idade, enquanto os rapazes eram preparados para enfrentar possíveis guerras (GROSSMAN, 1998).

A fase de transformação depende de maturação de cada pessoa. A puberdade se inicia com várias transformações pelas quais o indivíduo passa até a fase adulta. Ferreira e Farias (2010) indicam que a puberdade difere da adolescência por apresentar características específicas, que são universais e ocorrem em toda espécie humana, as quais “compreendem as mudanças corporais e hormonais” (p. 230). A adolescência, por sua vez, é cultural e varia de idade em regiões diferentes.

Na adolescência são nítidas as mudanças físicas, pois percebe-se "uma transformação substancial no corpo do jovem, que adquire as funções e os atributos do corpo adulto" (CALLIGARIS, 2000, p. 19). Também faz parte desse processo a produção hormonal, que proporciona ao adolescente a maturação sexual e a capacidade de reprodução.

Para as meninas, o amadurecimento sexual ocorre antes dos meninos, com idade dos 12 aos 13 anos; isso é determinado pelo "aparecimento dos seios, cintura fina, a menarca e altura, sendo que após o estirão puberal estagna o crescimento. Ambos os sexos crescem até 19, 20 anos" (ZAGURY, 2009, p. 27).

Os meninos também sofrem algumas transformações; além do aumento do tronco, os membros superiores e inferiores, "a altura, a força muscular, aparecem a barba, a voz engrossa e aumento de tamanho os órgãos genitais, sendo que ainda não possui maturidade sexual" (BECKER, 1987, p. 20). Nessa fase o crescimento físico é inconstante; em alguns momentos é mais acelerado e em outros menos, fazendo com que o adolescente se torne um pouco desajeitado, mas esse desequilíbrio é passageiro. Assim, definir a estrutura psicológica, física e sexual inicia um novo ciclo à procura da identidade, no qual o adolescente se insere socialmente pelo desejo da autonomia.

2.1 IDENTIDADE

Nesse aspecto em particular, o adolescente se conscientiza sobre as novas perspectivas da vida. É chegado o momento da tomada de iniciativas que serão decisivos para sua independência:

Posto que as cobranças do mundo adulto inevitavelmente o colocam frente a grandes desafios, necessitando refletir a partir do individual para o coletivo sobre a "imagem que se tem do seu corpo mudou também sua identidade, precisa então adquirir uma ideologia que lhe permita sua adaptação ao mundo ou sua ação sobre ele para mudá-lo". (ABERASTURY; KNOBEL, 1984, p. 13).

O adolescente não pode se desviar das demandas que lhe são impostas, pois agora tudo que fizer será inteiramente de sua responsabilidade. Em decorrência de ser um atributo com intensa responsabilidade, acaba gerando conflitos e consequências que se assemelham a uma "guerra no íntimo deles próprios, assim

como rebeldes desorientados e delinquentes destrutivos fazem a guerra contra a sua sociedade” (ERIKSON, 1972, p. 15).

No entanto, é preciso frisar que nem todos apresentam conflitos na adolescência, dependendo de como foi sua orientação e dinâmica familiar. Apesar de o adolescente ter pouco tempo para refletir e formar seus conceitos sobre a vida, é importante que essa estrutura seja definida de forma positiva e que “possa ingressar vitorioso na próxima etapa do ciclo evolutivo” (FERREIRA; FARIAS, 2010, p. 230). Nesse momento a situação é de imediatismo; o adolescente deseja realizar todos os seus sonhos: “nesta idade, o futuro é visto como um conjunto de possibilidades, prevalecendo sua orientação, essas possibilidades podem se tornar fantasmas, por não haver tempo para realizá-las” (MELUCCI, 1997 apud BOCK, 2007, p. 65). O objetivo do adolescente é a busca por diferentes grupos fora da família, o que faz com que ele adquira novas experiências para se afirmar como adulto. Nessa trajetória acontecem conquistas, como a atração por um(a) companheiro(a), como também o interesse profissional. Esses determinantes são a base para sua evolução pessoal.

Piaget (1999) estuda o desenvolvimento cognitivo, esclarecendo como a inteligência se configura a partir do nascimento. Segundo o autor, nessa fase dos 12 aos 14-15 anos, o adolescente apresenta maior “maturidade para se expressar com maior fluência, e possui a capacidade de reflexão sobre suas ideias no que tange a comunicação com o outro” (PIAGET, 1999, p. 170). Nesse contexto, estabelecer uma identidade é um desafio para o adolescente, por ter que passar por várias etapas que lhe exigem maior atenção, como religião, trabalho, profissão e políticas.

O ingresso na sociedade e a passagem saudável da adolescência para vida adulta estão ligados à influência da família na busca dessa identidade. Frequentemente os pais dividem suas experiências, “suas aspirações de carreira, seus valores políticos, religiosos e seus padrões interpessoais servem como modelo, a aprovação e desaprovação tende a ser poderosa” (DAVIDOFF, 2001, p. 466). Desse modo, a qualidade do relacionamento familiar pode interferir na autoestima do adolescente em suas escolhas. Weber et al. (2006) ressaltam que, na educação familiar, o estilo mais adequado é o “autoritativo”, por ser encarado como uma forma de esclarecimento definido e consciente. A maneira como o adolescente se insere na sociedade depende da estrutura que lhe foi conferida pela sua família.

Contudo, Capanema e Vorcaro (2012) questionam as implicações dos novos tempos, em que se vive em função do consumismo; atualmente o adolescente é guiado pela mídia, que transcende aos ideais, fazendo com que o ele valorize o individualismo, sem ter “referência para concluir sua travessia” (p. 156). Por outro lado, a sociedade exerce forte pressão, tendo influência na sua decisão entre o controle familiar e a liberdade desenfreada, dando a ilusão de ter o poder absoluto, sem pensar nas maiores consequências dos seus atos.

Para Milani (2007) a sociedade é ambivalente, pois as pessoas não querem assumir o papel que lhe é devido: a “criança quer ser adolescente, o adolescente quer ser jovem, o jovem quer ser adulto, adolescente é pressionado a amadurecer tem que assumir responsabilidades” (p. 1). O desenvolvimento do adolescente ocorre em fases diferentes e varia de pessoa para pessoa; entretanto, todos passam pelo mesmo ciclo de maturidade – não apenas emocional e psicológica, mas também a maturidade sexual. Essa fase exige do adolescente sua exposição perante os outros; mas, dependendo do seu autoconhecimento sexual e do modo como foi orientado em relação à sexualidade, passa por essa etapa sem grandes dificuldades.

2.2 SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA

O interesse do adolescente pela descoberta do sexo oposto ocorre entre 11 e 12 anos de idade; alguns têm o início mais cedo, outros mais tarde, dependendo de sua cultura, religião e educação familiar. Considera-se que “as transformações dessa fase da vida fazem com que a adolescente viva intensamente sua sexualidade, manifestando-a muitas vezes através de práticas sexuais desprotegidas” (CAMARGO; FERRARI, 2009, p. 938). A forma impulsiva com que o adolescente encara a vida faz do seu comportamento um instrumento de destruição, atingindo a ele próprio e aos que estiverem ao seu redor e trazendo consequências de prejuízos irremediáveis.

Devido à imaturidade nessa fase, e na ânsia de se afirmar, frequentemente, “os adolescentes expressam a sexualidade primeiro no contexto de romance com ou sem amor” (DAVIDOFF, 2001, p. 468). Essa pouca preocupação do adolescente ocorre pela falta de maiores informações sobre a sexualidade, que desse modo se torna mais propenso a contrair algumas doenças; no caso das meninas, pode haver

uma gestação indesejada. A visão dos adolescentes nessa fase é preocupante; muitas vezes, o que eles aprendem sobre sexualidade é através da mídia e geralmente com seus pares e colegas, os quais também são frágeis nesse assunto.

Ao passar da infância para a adolescência, o adolescente se encontra diante de um fator preponderante, alcançando a autonomia identificando-se com o sexo masculino ou feminino; porém, “o exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais” (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p. 68). Além de outros aspectos que são enfrentados, “a sexualidade é vivida pelo adolescente como uma força que se impõe em seu corpo e que obriga a separá-lo de sua personalidade mediante um mecanismo esquizóide” (ABERASTURY; KNOBEL, 1984, p. 48), pois esse processo acontece de forma individual, como se não fizesse parte do corpo dele.

As informações sobre a sexualidade são importantes, pois norteiam as escolhas do adolescente de forma consciente e contribuem para o bom desenvolvimento físico e psicológico. Em contrapartida, uma das formas que a escola utiliza na divulgação de informações é através de palestras sobre o corpo humano; nesse sentido, a “conversa informal é uma das medidas adotadas por algumas escolas, em outras, a sexualidade é tema principalmente tratado nas aulas de ciências” (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p. 104). Contudo, apesar de os professores tentarem esclarecer sobre o cuidado do relacionamento sexual para os adolescentes iniciantes, não é suficiente, pois eles necessitam mais do que isso por estar vivendo transformações que devem ser compreendidas.

Nesse aspecto particular, é importante financiar programas de capacitação, para “que possam cada uma em seu papel ampliar o respeito pelas diferentes formas de sentir, expressar a sexualidade” (PICAZIO, 2010, p. 11). A sexualidade não se limita apenas à anatomia do corpo humano; há outros fatores circunstanciais nesse contexto, como os emocionais, culturais, religiosos e sociais.

Apesar de algumas crianças apresentarem comportamentos homossexuais desde os anos iniciais, só será confirmada sua condição quando entrarem na puberdade. Nesse momento há maior interação com o ambiente e a identificação sexual se torna mais explícita. Evidencia-se, assim, a “necessidade de reiterar que a identidade de gênero parece resultar não apenas de padrões típicos de gênero, mas da interação dos mesmos com o ambiente social no qual o indivíduo se insere e do

papel do grupo social no qual está inserido” (MENEZES; BRITO; HENRIQUE, 2010, p. 248). Embora não exista uma explicação definida para a homossexualidade, a maioria da população acredita que a orientação sexual é uma opção, ou seja, uma escolha, pelo sexo feminino ou masculino.

2.3 ORIENTAÇÃO SEXUAL

A despeito da crescente divulgação sobre a homossexualidade, grande parcela da sociedade ainda utiliza termos inadequados para se referir à população com orientação sexual homossexual. Isso se deve à falta de informação e de interesse em entender e reconhecer a existência dos homossexuais como um movimento.

Designado pela sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), o objetivo desse Movimento é defender e moralizar essa classe, evitando as injustiças sofridas pelo preconceito e enfrentando o desafio de que “nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero” (ABGLT, 2010).

A sexualidade ainda é confundida com a orientação sexual e com os sexos biológicos masculino e feminino. No entanto, existem outros papéis sexuais: “a identidade sexual é o sentimento de masculinidade e feminilidade que acompanha a pessoa para o resto da vida, porém nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa” (BRASIL, 2005, p. 131). Outro fator discutido com certa ressalva é a orientação sexual homossexual, pois é comum ouvir que o indivíduo tem opção sexual pelo mesmo sexo, o que é uma expressão imprecisa.

Picazio (2010) indica que não se opta por um desejo; trata-se de um sentimento percebido de forma natural desde a infância, que é a “orientação sexual” (p. 37). Os conceitos que a sociedade atribui à identidade sexual são o produto da heteronormatividade, sendo que no “entrecruzamento das relações sociais de trabalho, classe e sexo, situa-se no núcleo da questão da identidade social, positivamente ou negativamente classificada” (GUIMARÃES, 2004, p. 21). Entende-se que os pais direcionam a educação dos filhos conforme seus valores e referencial familiar.

Apesar de persistir em nossa sociedade, a heteronormatividade é percebida nitidamente pela diferença educacional – não só nas vestimentas, mas também através das brincadeiras entre meninos e meninas em grupos de amigos distintos. Dessa perspectiva derivam dois eixos de compreensão em relação à sexualidade, apresentando concepções diferentes:

O masculino é definido por uma maior precocidade e promiscuidade quer representar um importante sinal de prestígio diante do grupo de iguais. O feminino mostra uma atividade sexual mais reduzida, menos gratificante e que gera mais culpa, nas meninas existe maior vinculação entre sexualidade e afetividade, essas diferenças são claras na adolescência (COLL; MARCHESI; PALÁCIOS, 2004, p. 364).

O padrão de referência na educação das crianças, desde pequenas, é orientado conforme seu sexo biológico, determinado pelo “conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas” (ABGLT, 2010, p. 9). Enquanto o sexo biológico é definido como homem ou mulher, o gênero psíquico é percebido como feminino e masculino. Nesse aspecto, a orientação sexual designa a orientação do desejo para o homem ou mulher, podendo sentir-se como bissexual, heterossexual ou homossexual.

Partindo desse princípio, ser homossexual não é contagioso, muito menos adquirido por imitação, pois “o desejo erótico não é influenciável, ao contrário do que se imagina; se fosse, não existiria gays e lésbicas” (PICAZIO, 2010, p. 38). Nesse processo, a educação é uma necessidade para conscientização e humanização dos indivíduos. Louro (1998) relata que é mais prudente ignorar o que é comentado sobre um sujeito e perceber o que não é falado; assim, “nada mais exemplar disso do que ocultamento ou a negação dos homossexuais e da homossexualidade” (p. 67). No entanto, a desigualdade ainda persiste marcadamente pela discriminação e a violência.

Muitos adolescentes com orientação sexual homossexual evitam se expor publicamente e procuram locais reservados, por medo de sofrer discriminação violência emocional e física. Frequentemente se empenham ao máximo para ter êxito na vida acadêmica e “para escamotear a identidade gay”, isolando-se e se esquivando de conversar com os pais, com medo de serem “descobertos” (CARR-GREGG, 2003, p. 110-111). Nesse aspecto, devido à falta de compreensão e de

apoio por parte da família e sociedade, alguns jovens, como fuga, acreditam que o casamento heterossexual é a única saída para seus problemas. Para Mott (2002), a sexualidade humana é “amoral no sentido de que cada cultura determina quais comportamentos sexuais serão aceitos ou condenados” (p. 5). No que se refere à identidade sexual como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, trata-se de características culturais; porém, a transexualidade é um perfil distinto, com características peculiares:

Pessoas transexuais se identificam psicologicamente com o sexo oposto e recusam totalmente o sexo que lhes é atribuído, embora não sejam portadoras de qualquer anomalia. Apresentam importante conflito, pois, geralmente, desde a infância, “experenciam a sensação de ter nascido em um corpo “trocado”, ou seja, percebem-se aprisionadas em um corpo que não identificam como seu, podendo levá-las à autocastração ou até mesmo ao suicídio”. (COSTA, 1994 *apud* SOARES et al., 2011, p. 84).

A falta de respeito e o ódio dirigido ao movimento LGBT geram o termo “homofobia”, que possui a conotação de xingamento e ofensa a pessoas que possuem atração pelo mesmo sexo. A violência contra alguém acaba ferindo a sua dignidade, tanto na forma verbal como física. Um dos termos mais usados é o palavrão, que “cumpre a função de ofender, tanto pelo seu significado, como pelo tom de voz do ofensor ao proferi-lo, como por vezes, pela ignorância de sua representação” (ROSELLI-CRUZ, 2011, p. 73). Não obstante, a conduta das pessoas é cultural e sua mudança dependerá da estrutura da sociedade; sendo que o investimento em educação para elevar o nível de conscientização ocorre em longo prazo.

A estratégia é viabilizar o conhecimento como apoio. Nesse sentido, foi elaborado pelo Governo Federal um programa de grande importância no combate à homofobia, cuja finalidade é preservar a dignidade e o respeito do movimento GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais), denominado “Brasil sem Homofobia”. A contribuição desse documento é “reconhecer a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais” (BRASIL, 2004. p. 7). Trata-se de um forte instrumento no combate ao preconceito.

Cabe observar que, apesar da discriminação racial, religiosa e sexista, o elemento mais preocupante é a hostilidade de jovens estudantes contra os gays e lésbicas, ferindo seus direitos humanos. O ódio está cada vez mais presente na

“homofobia, caracterizando como grave problema social, merecedor de intervenções no campo jurídico e pedagógico” (LUZ, apud MORO et al., 2012, p. 177). O preconceito ultrapassa os limites da razão, constatado no relatório da LGBT:

RIO — A homofobia, que ainda não é considerada crime no país, provocou pelo menos 216 assassinatos de janeiro até o dia 21 de setembro deste ano, de acordo levantamento do Grupo Gay da Bahia, que, na ausência de informações oficiais sobre uma prática que não é discriminada nos boletins de ocorrência, é referências sobre o tema no país. Segundo o grupo, em 2013 o número de assassinatos chegou a pelo menos 312, o que corresponde a uma morte a cada 28 horas. Em 2012, foram no mínimo 338 vítimas, entre travestis, gays e lésbicas. Os números, coletados pelo pesquisador Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia e do Grupo Gay da Bahia, são baseados em registros policiais e notícias, dada a inexistência de estatísticas oficiais. A região com mais casos é o Nordeste. (BACELAR, 2014, s/p).

Embora a homossexualidade seja problematizada como um desafio no meio social, “independentemente de tratar-se de uma escolha de vida sexual a homossexualidade deve ser considerada de agora em diante como uma forma de sexualidade tão legítima quanto à heterossexualidade” (BORRILLO, 2010, p. 14). Em suma, a dominação da heteronormatividade deve ser modificada, pois a atribuição dos direitos e valores vale para todos. A diversidade sexual encontra-se atualmente em um campo mais amplo e não se fixa apenas nos gêneros; atualmente vem modificando conceitos arcaicos, como os de gênero masculino e feminino.

2.4 DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO

Muito tem se questionado sobre diversidade racial, religiosa e da mulher, porém pouco se contempla o gênero e a diversidade sexual. A homofobia vem se destacando nos meios de comunicação em geral. A fonte que alcança grande parcela da população é a televisão, por ser acessível a todas as camadas de telespectadores; portanto, é “um campo de produção e reprodução de significados, que podem ser identificados em comportamentos aceitos socialmente, portanto cada palavra, cada frase que vai ao ar contribui na construção de conceitos e preconceitos” (RIBEIRO, 2010, p. 102).

Porém as dúvidas ainda refletem a desinformação, como se percebe com a discriminação e desrespeito de pessoas pela sua orientação sexual homossexual, ferindo seus direitos de cidadão. Mesmo com os avanços e políticas públicas, a falta

de capacitação na área de educação, de divulgação sobre a diversidade sexual e de implementação dos direitos humanos demonstra resultados questionáveis.

Qualquer brasileira/o pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional que defendem publicamente causas ligadas aos direitos das minorias étnicas e raciais, aos direitos da mulher e aos direitos de presidiários/as, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à homofobia ou a reivindicação de direitos por parte dos grupos GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). (DINIS, 2008, p. 480).

O espaço escolar é um local adequado no qual pode-se manifestar opiniões sobre assuntos polêmicos, como a diversidade sexual, pois atinge grande número de pessoas, principalmente os jovens que são na maioria homofóbicos.

Em um estudo realizado por Abramovay, Csstro e Silva (2004) para verificar a opinião dos alunos sobre o que pensavam em relação aos colegas homossexuais, identificou-se um número expressivo de estudantes que respondeu negativamente: “aproximadamente 1/4 dos alunos indicaram que não gostariam de ter um colega homossexual, sendo que os percentuais extremos dessas respostas ficam entre 30,6% (Fortaleza), e 22,6% (Belém)” (p. 280). A partir dessas constatações torna-se urgente novas políticas nas diversas formas de combate à discriminação, pois a violência tem se alastrado cada vez mais no meio social, principalmente entre os jovens em idade escolar.

Louro (1998) ressalta que pouco se sabe sobre o método adotado pelos professores para expor a educação sexual nas aulas. A referência é feita por “escolhas morais e religiosas, tratando a sexualidade com duplo sentido como saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/preventiva homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo” (p. 133). Ainda persiste a visão do modelo tradicional – um homem e uma mulher com os filhos.

O controle da homofobia só pode ser atingido através da educação e prevenção. Nesse sentido, a dificuldade dos professores reside na falta de formação e capacitação; existe pouca habilidade para inserir o assunto de maneira consistente.

Mesmo diante da dificuldade de dissuadir racionalmente alguém embebido de ódio homofóbico, uma sociedade democrática e suas instituições (inclusive a escola) devem envidar esforços para coibir e impedir que a selvageria intolerante cause ulteriores sofrimentos e para diminuir os efeitos que ela possa ter (até mesmo na alimentação do desprezo e do ódio em relação a outros grupos. (BRASIL, 2009, p. 29).

Nardi e Quartiero (2012) indicam que o domínio da heteronormatividade exclui o heterossexual da diversidade sexual, "pois aquilo que é normal não precisa ser e não deve ser nominado" (p. 62). A homofobia como preconceito é a mais visada em nossa sociedade, pois a margem de agressões e violências é gritante; os maiores agressores são familiares, vizinhos, companheiros das vítimas.

O avanço nas pesquisas e os movimentos sociais contribuem na divulgação da diversidade sexual. Altmann (2013) enfatiza que tanto a homofobia como estudos sobre gênero *queer*, "antes chamados de 'movimento gay', hoje são denominados movimentos sociais LGBTTIQ" (p. 72) – ou seja, lésbica, gay, bissexual, transexual, transgênero/travesti, intersexual e *queer*. Com o crescimento do movimento, tem aumentado a conquista de direitos protegidos por lei. Como declara a Constituição (BRASIL, 1988) em seu artigo quinto, dentre os direitos invioláveis estão "a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (p. 2).

Infelizmente ainda há certa limitação por parte de pais e professores em reverter esse quadro. Carvalho e Tortato (2009) indicam que a dúvida está no esclarecimento sobre o contexto do gênero, pois "as diferenças intra-gêneros, aquelas que se referem ao mesmo gênero e as diferenças inter-gêneros, referindo-se a diferentes gêneros precisam ser considerados e entendidos em seus próprios contextos" (p. 29). Com uma visão mais ampla sobre o assunto, seria necessária a implantação nos currículos escolares da disciplina Sexo e Gênero, no sentido de entender melhor a diversidade sexual.

Por outro lado, o gênero é cultural; compreendido como tal, "tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação biologia é o destino, nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino" (BUTLER, 2003, p. 26). Prevenir os mecanismos de preconceito exige bom nível de informação, para determinada população que possui uma postura questionável.

Este alheamento esvazia o sentido da vida, alimenta o cinismo, anestesia as sensibilidades em relação às injustiças, conduz à naturalização do inaceitável, produz uma resignação ao intolerável e mina os parâmetros éticos ainda subsistentes. (BRASIL, 2009, p.28).

Contudo, o discurso sobre a homossexualidade ainda envolve a questão de identidades excluídas e aparentemente marginalizadas, dentro do contexto social. Foucault (1984) enfatiza que a palavra “sexualidade” teve destaque no início do século XIX; no entanto, foi utilizada em várias áreas com a conotação de comportamento em “instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas. Também o modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos sensações e sonhos” (p. 9). Embora todos possuam o direito de viver sua sexualidade com liberdade, a homossexualidade ainda é vista com restrições pela sociedade.

2.5 HOMOSSEXUALIDADE

O conceito de homossexualidade é definido como um indivíduo que sente atração física, emocional e sexual pelo mesmo sexo. Apesar de muitos estudos para desvendar sua procedência, ainda assim é uma incógnita, pois pode haver “consequência de inúmeros fatores que interagem simultaneamente, sem uma distinção nítida entre si” (TIBA, 1987, p. 59).

A alteração do comportamento das pessoas frente à sexualidade tem produzido um impacto entre as gerações no meio atual que, segundo Gomes (2003), traz mudanças na relação homem-mulher, as quais “estão alterando os valores de suas identidades, levando-os a uma sensação de fragilidade desconhecida anteriormente” (p. 142). Existem dois polos pela luta do poder.

Por muito tempo, até 1999, a homossexualidade foi considerada uma patologia:

O sufixo “ismo” refere-se à doença. Em 1973, o “homossexualismo” foi retirado da lista dos distúrbios mentais da American Psychology Association, dos Estados Unidos, passando a ser utilizado o termo homossexualidade. No Brasil, em 1999, o Conselho federal de Psicologia, com a Resolução 001/99, considera que a “homossexualidade não constitui doença nem distúrbio nem perversão”. (ABGLT, 2010, p. 11).

Em síntese, o movimento GLBT tem se empenhado na luta por respeito como cidadãos de direitos. Como resultado de tanto esforço, em 1995 foi criada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Foi uma conquista importante, que precedeu o surgimento de diversas outras organizações.

A relação homoafetiva gera direitos e, analogicamente à união estável, permite a inclusão do companheiro dependente em plano de assistência médica. O homossexual não é cidadão de segunda categoria. A opção ou condição sexual não diminui direitos e, muito menos, a dignidade da pessoa humana. (JUSBRASIL, 2006, p. 1)

Para tanto sua conotação Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que considera a legitimidade da diversidade sexual. É preocupante a violência homofóbica e os homicídios contra a minoria.

Ao destacar conquistas obtidas nos últimos anos, em defesa dos direitos dos homossexuais brasileiros, devemos, entretanto, reconhecer, igualmente, que a sua crescente organização e visibilidade têm permitido avaliar com mais clareza a grave extensão da violação de seus direitos e garantias fundamentais. A violência letal contra homossexuais - e mais especialmente contra travestis e transgêneros - é, sem dúvida, uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil. (BRASIL, 2004, p. 16).

No entanto, esforços políticos estão sendo efetivados na promoção de mudanças. Destaca-se, dentre outros, a *Advocacy*, definida como “um conjunto de ações dirigidas a quem toma decisões, em apoio a uma causa política específica, levando em conta a conjuntura de aliados, adversários e pessoas não mobilizadas” (BRASIL, 2005, p. 57).

Engajado nos mesmos ideais, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em suas atribuições, estabeleceu normas aos psicólogos, no que concerne à questão da orientação sexual, proibindo qualquer atendimento com finalidade de cura. Os profissionais da área da Psicologia “deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações contra os homoeróticos” (CFP, 1999, p. 2), não impedindo o suporte emocional proveniente de conflitos sociais e familiares.

Na perspectiva de maior apoio ao movimento GLBT, o Conselho Federal de Serviço Social também contribuiu, estabelecendo normas contra a discriminação no exercício profissional, a “orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo” (CFESS, 2006, p. 24). Nesse sentido, o quinto artigo da Constituição considera que todos possuem os mesmos direitos “perante a lei sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988).

Para se ter uma medida de quanto o preconceito é disseminado em nossa sociedade vale referir a uma pesquisa da UNESCO (Órgão da ONU para Educação, Ciência e Cultura) divulgada nas primeiras semanas de março de 2004, que ouviu 16.422 estudantes do ensino fundamental e médio de 14 cidades brasileiras. Segundo o estudo, aproximadamente 25% dos estudantes afirmaram que não gostariam de ter um colega de classe homossexual— entre os meninos, são quase 40%. Portanto, já temos uma jovem geração marcada pelo preconceito e pela idéia de exclusão do homossexual e sem a cultura ética da liberdade de orientação sexual. Em uma pesquisa sobre crimes homofóbicos documentados em 25 países de todos os quadrantes, o Brasil situa-se no topo da lista, com uma média de 128 mortes anuais, seguido do México com 35 assassinatos se, em terceiro lugar, dos Estados Unidos, com 25 crimes de ódio homofóbico por ano. (DHNET, 1988, p. 1)

Quando as notícias veiculam a violência, geralmente os destaques são para as crianças, mulheres, idosos e moradores de rua. Pouco se ouve sobre os direitos de identidade de gênero e de vítimas de homofobias. Com isso, a discriminação continua se apresentando veladamente.

2.6 VIOLÊNCIA

Rosa et al. (2010) expõem que um dos problemas sociais que aflige a humanidade, desde o século, XXI, é a violência. Dependendo do grau, a agressão acaba levando a óbito, sendo que as mais atingidas são as “mulheres com idade entre 15 e 44 anos, numa porcentagem de 30% a 60%, a violência ocorre em casa de natureza emocional, física ou sexual, pelo menos uma vez na vida” (p. 2). Nessa perspectiva, a violência se estende aos homossexuais, negros, idosos e crianças.

Souza e Lima (2006) ressaltam que os homicídios mais frequentes indicam uma amostra significativamente alta em respeito à “população adolescentes e adultos do sexo masculino, cada vez mais jovens, com idade entre 15 e 29 anos, com sérias consequências na estruturação econômica, social e familiar” (p. 1215). No contexto social urbano é maior a ocorrência de violência, o que constitui um desafio não só para os adolescentes, devido à fase em que se encontram, como também para a população adulta. Frequentemente os noticiários estão divulgando assassinatos, agressões físicas e morais; a intolerância das pessoas está atingindo suas vidas particulares e a sociedade em que vivem.

Marty (2006) argumenta que existe um parâmetro de violências; uma é a “violência comum”, que faz parte da adolescência; a outra é a “violência patológica” que não afeta a todos, como também outras violências: a “auto-agressiva, violência

sofrida, e hetero agressiva, aquela que se exerce no ambiente (parental, educativo, social) do adolescente” (p. 120). Nesse contexto, a violência não acomete apenas a vida do ser humano, mas também outros setores, como o patrimônio da humanidade, em decorrência de fatores externos e internos. Trata-se de um paradoxo pois, com o avanço tecnológico e a rede de globalização, é utilizada para demonstrar outro lado da violência. Assim, para alguns a violência gera lucro, e o preço pago são vidas desperdiçadas – além de sequelas em função de crimes, como “tráfico ilegal de armas, de drogas e de outras mercadorias, organizadas internacionalmente e lucrativas, para as quais os aparatos violentos garantem e agregam valor” (BRASIL, 2005, p. 10).

O prejuízo maior recai sobre os adolescentes que, na falta de perspectiva de trabalho e de oportunidades, seguem o caminho mais fácil e rápido, que lhes proporciona retorno financeiro imediato. Graciani (2005) constata que frequentemente, quando acontece alguma violência, são acusados os negros ou imigrantes pela própria condição de menos favorecidos. Assim, a violência é canalizada para os outros, pelas “desigualdades sociais e econômicas, e as exclusões políticas e culturais deixam de aparecer como violentas para serem consideradas naturais e normais (p. 288). Apesar das leis que protegem a criança e o adolescente, não são seguidas como se deve, pelo desrespeito que ainda se vê contra os direitos que lhes cabem como cidadãos. Embora exista o dever de seguir as normas propostas, nem sempre todos os direitos são respeitados; “assim como a amizade e o amor, os direitos precisam ser cultivados pois não existe qualquer garantia de que este importante patrimônio moral da humanidade permanece intocados” (RABENHORST, 2008, p. 20).

2.7 DIREITOS HUMANOS

Além de fornecer elementos para transformação das pessoas, é preciso a conscientização de que todo ser humano possui deveres e obrigações. No entanto, a mobilidade social centralizada nas “demandas políticas sociais, econômicas, culturais, ambientais e por desenvolvimento, fortalecendo judicialização da política e a politização da promoção e proteção dos direitos humanos” (COSTA, 2008, p. 66). Entende-se que outros órgãos públicos possuem a responsabilidade de zelar pelos direitos em todos os aspectos no que compete a:

Promover o controle social do Estado - fiscalizando as ações executadas pelo poder público no que diz respeito ao atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua e população LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, entre outros. (BRASIL, s/d, n.p.).

Em 10 de dezembro de 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, que promulga que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana. Da mesma forma, a “Declaração de Durban”, adotada em setembro de 2001, reafirma a igualdade e a não discriminação. Reconhecer um direito é um princípio:

O Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã. (BRASIL, 2007, p.11).

Para obter um direito, não basta ser um sujeito de direito: há necessidade de exigir a possibilidade de se inserir num mundo mais justo com dignidade. Nesse contexto, “a noção de dignidade serve para orientar o agir, o sentir, o pensar do homem em suas relações sociais. Permitem-nos compreender a sua natureza e o alcance de sua autonomia no mundo moral” (PEQUENO, 2008, p. 31).

Muito se lutou pelo reconhecimento do nosso direito no Brasil contra a dominação, porém existe uma distância muito grande entre os direitos adquiridos e a possibilidade de homogeneizar as desigualdades sociais. Nesse sentido, o que se pode perceber sobre os “direitos humanos em nosso país é como algo subversivo e transgressor, ainda determinados grupos conservadores, associam a causa dos Direitos Humanos à mera defesa das pessoas que cometeram um delito” (RABENHORST, 2008, p. 19).

A partir do momento em que o indivíduo se conscientiza da situação de classe em que vive, onde está inserido, e tendo informações de sua realidade, define um questionamento e reflexão sobre a qual forma deve agir. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal (1988) declara:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, nos termos seguintes: I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição. (BRASIL 1988, p. 2).

Supõe-se que o ser humano é dotado de razão, e dentro de sua perspectiva de vida constrói um lugar na sociedade na qual se insere. Porém, a partir da constatação de que se vive em um mundo injusto no qual as pessoas não possuem o “privilegio” de obter o mínimo básico para sobrevivência, devido às suas limitações, muitos necessitados se obrigam a um refúgio de acolhimento, oferecido e mantido pelo Estado.

3 INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

A menção a instituições remete à ideia de abrigos ou internatos que acolhem crianças e adolescentes em situação de risco. No entanto, são chamadas de instituições as organizações que controlam um grupo ou um indivíduo. Nesse sentido, a diferença que existe entre o internato e o abrigo, conforme o artigo 105 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é que “o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990, p. 36). Sendo assim, o abrigo é uma medida necessária para proteger as crianças e os adolescentes, de forma breve e com o propósito de retornarem às suas famílias biológicas ou substitutas. Por sua vez, a medida de internação “se constitui numa medida socioeducativa privativa de liberdade, dirigida aos adolescentes que praticaram atos infracionais” (CARVALHO, 1993, p. 19). Ambas podem ser oficiais ou privadas, pois trata-se de uma forma de proteção; como tal, “a instituição é um valor ou regra social reproduzida no cotidiano com estatuto de verdade, que serve como guia básico de comportamento e de padrão ético para as pessoas, em geral” (BOCK, 2001, p. 287). O acolhimento se constitui de várias formas, dependendo da necessidade da criança e do adolescente.

Além das instituições de acolhimento há programas de assistência integral como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os quais prestam serviços “especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos” em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2011, p. 1). Nesse contexto as pessoas cujos direitos foram violados recorrem a serviços de profissionais especializados, que envolvem desde a “escuta, até os encaminhamentos para rede de proteção social e o sistema de garantia dos direitos” (CURITIBA, s/d, n.p.)

Há duas modalidades de atendimento que se localizam em Curitiba, no Bairro Cristo Rei. Ambas as unidades atendem tanto adolescentes e crianças vítimas de violência sexual e suas famílias, como a população em situação de rua.

Com a finalidade de contribuir para melhor qualidade de vida, as famílias das crianças e dos adolescentes são incluídas em redes de proteção social. As ligações entre as instituições têm por objetivo proporcionar maior segurança para a criança e

o adolescente sob “ameaça de violação, física, psicológica e sexual” (CURITIBA, s/d, n.p.). Acima de tudo, o trabalho de conscientização da família e o apoio da integração social propiciam mais união, evitando a violência entre seus membros.

3.1 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES

Considerando a necessidade de construir instituições de acolhimento com o intuito de restringir a pobreza e o abandono dos menos favorecidos, não houve progresso significativo quanto a essas instituições, apesar do empenho dos governantes, religiosos e a sociedade. Visto que nem todos os abrigos possuem parcerias para complementar o orçamento, muitos ainda carecem de subsídios financeiros para prosseguir com os projetos de abrigamento, enfrentando dificuldades para suprir suas necessidades básicas.

A mudança de projetos e a implantação de abrigos começou a obter melhores resultados com o surgimento do ECA (BRASIL, 1990). O QUADRO 1 estabelece um parâmetro das instituições de acolhimento existentes durante décadas, até o ano de 2014.

QUADRO 1: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

(início)

ANO	INSTITUIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
1734	Não existia proteção para mães e solteira seus filhos	As instituições eram escassas, pois os bispos não tinham autorização para construir por serem vetados pelo governo
1738	Criação da Roda dos Enjeitados	A roda instalada na Santa Casa e recolhia crianças abandonadas, e acolhia nas dependências do hospital
1739	Seminário dos órfãos de São Pedro	Devido à generosidade do Frei Guadalupe que educou muitos jovens, no Colégio D. Pedro II
1798	Capela de São José de Ribamar, mais tarde chamado Seminário de São Joaquim	Preparava os jovens para profissionalização
1902	Primeiro projeto defendendo o direito dos menores	Instituto Sete de Setembro, para defender os infratores
1917	Projeto para menores de 12 a 17 anos	Isentos de criminalidade
1925	Lei 5.083 de 1º de dezembro de 1926	Projeto criado com o intuito de proteção ao menor
1927	Decreto Executivo 17.943-A	Primeiro na América Latina, aprova o Código de Menores
1941	Criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM)	Não conseguiu cumprir suas metas
1963	Primeira tentativa em prol dos menos favorecidos, por ordem do Governador	Não houve avanço, alegando falta de verba
1964	FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor)	Formulou e implantou a Política Nacional do Bem Estar do Menor em todo o território nacional

(conclusão)

ANO	INSTITUIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
1979	Código de Menores	Regime de privação do Convívio Social
	FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do (Menor)	Agilidade nos procedimentos administrativos e técnicos em benefício do menor, única razão de ser da Instituição
1988	Constituição 1988, Artigo 227, 228	Proteção integral da criança e do adolescente
1990	Criação da Lei nº8. 069, de 13 de Julho de 1990	Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção integral à criança e adolescente
1994 secretaria	FIA regulamentado pelo Decreto 3.963/94	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)
2003/2004		Políticas de Abrigo em defesa da criança e do Adolescente
2004	Resolução CNAS n.º 145	Política Nacional de Assistência Social (PNAS)
2005	Resolução CNAS n.º 130	Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)
2006	Resolução CNAS n.º 269	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS)
2009	Resolução nº 109, 11/11/2009	Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
2009		Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
2009	Lei n.º 8.742	Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)
2010	Lei nº 12.010	Lei de Adoção
2010	Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010	Lei da Alienação Parental
2011	Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011	Institui a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências
2012	Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas à adolescente
2013	O número de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando no País caiu de 5,4 milhões para 1,3 milhão	Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) (UNICEF, 2015)
2014	Lei Nº 13.010	Prevê o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante

Fonte: a autora (2015).

Houve o crescimento de muitos projetos implementados em prol das famílias, como auxílio moradia, cesta básica e auxílio construção, entre outros. Foram realizadas algumas tentativas em prol dos menos favorecidos, porém ainda assim há muito o que se fazer para chegar ao acolhimento ideal. Cada vez mais são necessárias as instituições, uma vez que as famílias não estão conseguindo suprir suas necessidades básicas. Desse modo, embora muitos projetos foram desenvolvidos visando o atendimento familiar, pouco mudou: ainda há milhares de

famílias desestruturadas e entregues à própria sorte, que conseqüentemente são obrigadas a abandonar seus filhos.

A solução dos problemas nas instituições não reside somente no apoio financeiro, mas também na qualificação dos profissionais, para que possam executar um trabalho eficiente e suprir as necessidades das crianças e dos adolescentes abrigados.

3.2 CONCEPÇÕES DE INSTITUIÇÕES

Diante da pobreza e da falta de oportunidades para as crianças e adolescentes que eram abandonados à própria sorte, foram surgindo algumas alternativas com finalidade de proteção: “no decorrer dos anos, a instituição é atravessada pelas práticas clientelistas e assistencialistas que envolviam as relações entre o público e o privado na sociedade Brasileira” (RIZZINI, 2009, p. 19). O acolhimento passou por várias fases.

A ação aplicada para o abrigo, nos anos de 1500 a 1875, foi de influência filantrópica. A instalação de rodas dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia seguiu o modelo português; naquela época, não havia sistema de abrigo por um tempo longo. Nesse sentido, como solução para encontrar um lar, as crianças eram direcionadas a famílias que pudessem educá-las até a fase adulta. Caso “viessem a casar e ter filhos, sua família também permanecia agregada a família que as acolhera” (SILVA, 1997, p. 35). Com o passar do tempo, houve um aumento demográfico que com ele trouxe perigos para a saúde da população. Assim iniciou o combate às doenças.

A Fase Higienista (1874-1922) é decorrente do crescimento populacional com escravos e imigrantes vindos de outras regiões para as grandes cidades, que gerou fluxo maior de pessoas provocando aglomerações. Para tanto, considerando a falta de infraestrutura e condições precárias de moradia, fez com que as pessoas se tornassem vulneráveis a doenças pela falta de higiene, “com esta preocupação de periculosidade iniciou-se práticas médicas, que se sobressaem as jurídicas” (PACHER, 2005, p. 33). Nesse sentido, a saúde das pessoas se tornou o foco principal.

Devido à preocupação ainda com o menor, surgiu a Fase Assistencial (1924-1964), que dirige a responsabilidade do menor para o Estado, “com a

implementação do código de menor e o Juizado, a criança acolhida possui a permissão para trabalhar” (BONDARUK, 2005, p. 24).

Para Silva (1997), a desinstitucionalização ocorreu com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), cuja finalidade era atender crianças e adolescentes “na fase do desenvolvimento até os 18 anos de idade, com responsabilidade do poder judiciário e da subordinação dos Conselhos Tutelares” (p. 5). As ONGs surgiram da necessidade de substituir um lar para as crianças e adolescentes, com um atendimento similar à convivência familiar.

A primeira vez que surgiu a sigla Organização Não Governamental (ONG) foi em 1945, pelo registro da Organização das Nações Unidas (ONU), com o uso da denominação em inglês “*Non-Governmental Organizations*” (NGOs), que designava as organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais. Do ponto de vista jurídico, a expressão ONG não se aplica. A legislação brasileira prevê apenas dois formatos institucionais para a formação de uma organização sem fins lucrativos; uma associação civil ou fundação privada.

Algumas características básicas dessas atividades e/ou instituições sócio educativas é que elas: são atividades de cuidado e ajuda que se situam tanto no âmbito da assistência social como da educação social. E por isso são chamadas de atividades ou instituições sócias educativas; que respondem a necessidades específicas de determinados setores da sociedade, particularmente das crianças, adolescentes e jovens; que, embora parte, se utilizam do trabalho voluntário. (CALIMAN, 2010, p. 344).

Embora o Estado tenha assumido a responsabilidade pela proteção da criança e do adolescente, ainda cabe aos pais, à comunidade e a Igreja, em parceria, proporcionar condições dignas de sobrevivência que possam contribuir com seu desenvolvimento. Atualmente, existem 21 ONGs em Curitiba com atendimento diversificado a idosos, jovens, adolescentes e crianças, oito das quais são direcionadas a crianças e adolescentes. Em cada localidade, são subdivididas por idade e gênero. A ONG Pequeno Cidadão acolhe meninos e meninas de 2 a 12 anos, o Novo Mundo acolhe meninas de 6 a 12 anos, a casa do Piá I acolhe meninos de 7 a 13 anos, a Madre Antonia acolhe meninas de 13 a 17 anos, a casa Piá II acolhe meninos de 14 a 17 anos, a casa do Piá III acolhe meninos e adolescentes de 14 a 17 anos, a Nova Esperança meninas adolescentes de 14 a 17 anos, A ONG de

Santa Felicidade acolhe meninos e adolescentes de 14 a 17 anos (PADRINHO NOTA 10, s/d).

Entender que uma criança ou adolescente necessita de um abrigo é enfrentar uma decisão determinante, pois para muitas famílias é a única solução que encontram, mesmo sendo por pouco tempo – embora a grande maioria permaneça na instituição boa parte de suas vidas.

3.3 ADOLESCÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

O abandono de crianças é marcado na história desde a Antiguidade até a Idade Média. Porém, na “época moderna começou a ter um olhar mais definido para a infância abandonada a partir do momento em que a pobreza se tornou onerosa ao Estado” (PRIORE, 1991, p. 29). As crianças e os adolescentes são invariavelmente fadados ao acolhimento quando advêm de famílias com estruturas questionáveis por inúmeros fatores, como alcoolismo, drogas, distúrbios emocionais e psíquicos, fatores socioeconômicos e falecimento de um ou ambos os pais. O acolhimento é uma necessária alternativa de proteção, apesar de acarretar a quebra do vínculo familiar, que é primordial para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Além disso, “outro aspecto refere-se ao fato de um estigmatizado, quando alcança notoriedade, seja por infringir a lei seja por ganhar um prêmio, transformar-se em notícia pelas outras pessoas” (CAMPOS, 1984, p. 31). Para o adolescente, é mais difícil enfrentar a sociedade do que os desafios da vida.

A institucionalização não é caracterizada apenas pelo abandono, mas é “simbolizada pela barreira a relação social com o mundo externo por proibições ou impossibilidades a saída, que muitas vezes estão incluídas no esquema físico, por exemplo: portas fechadas paredes e muros altos etc.” (CAMPOS, 1984, p. 19). A vida em uma instituição de acolhimento não permite individualismo, devido às regras e normas. Desse modo, o adolescente se sente obrigado a obedecer a ordens sem poder questionar, pois sua integração com os demais depende de seu bom comportamento.

Os direitos da criança são protegidos por lei, independentemente de qualquer situação. A Declaração dos Direitos da Criança (1959), adaptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, afirma que “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados

especiais” (UNICEF, 1990, p. 4). A finalidade das entidades públicas ou privadas é promover a proteção das crianças e os adolescentes, bem como trabalhar no resgate das famílias de origem.

O ingresso de um adolescente em uma instituição configura uma passagem breve que, no entanto, implica em uma reestruturação física e humana, pois o espaço é coletivo. Nesse contexto, como em qualquer espaço em que habite um grupo de pessoas, há a necessidade de regras e normas. Sendo assim, o dirigente conduz a organização de sua equipe de modo que haja uma vivência equilibrada para todos. As pessoas que ali trabalham possuem papéis importantes na vida do adolescente; para tanto, devem se empenhar em reintegrá-lo à sua família o mais breve possível.

O desamparo de crianças e adolescentes pode justificar a última alternativa, como a institucionalização. O que ocorre é que alguns nunca frequentaram uma escola, ou evadiram nos primeiros anos escolares, fugiram de casa por maus tratos, migram de um lugar para outro. A negligência dos pais é um fator importante e, devido ao estresse, as crianças e os adolescentes apresentam defasagem no desenvolvimento intelectual, cognitivo e social – o que, para Oliveira, Scivoletto e Cunha (2010), “pode estar relacionado a estas situações de traumas a exposição e vivências de criminalidade, baixa renda e envolvimento com as drogas” (p. 2).

Institucionalizar crianças e adolescentes não é uma medida recente. No Brasil Colônia, as crianças eram colocadas em orfanatos; esse contexto foi recentemente alterado, pois houve mudança na nomenclatura a partir do ECA (BRASIL, 1990). No Brasil, a institucionalização tem sido uma das medidas socioeducativas mais usadas nos últimos anos pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares, quando se esgotam todas as possibilidades de a criança permanecer com a família. Além da institucionalização outras medidas podem ser tomadas, como a colocação em família temporária e a adoção. “As crianças privadas temporária ou permanentemente do seu meio familiar, ou cujo interesse maior exija que não permaneça nesse meio. Terão o direito à proteção e assistência especiais do Estado” (BRASIL, 1990, p. 81).

O discurso no meio científico acerca do acolhimento de crianças e adolescentes é um fator preocupante, devido à repercussão relacionada à instituição de acolhimento – cuja finalidade é proteger a criança e ao adolescente por um tempo breve, com a condição de retorno familiar. No entanto, em alguns casos elas

permanecem acolhidas até sua maioridade. Contudo, o Estatuto da Criança e Adolescente em seu artigo 19 assegura que:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (BRASIL, 1990, p. 8).

O prejuízo acarretado pela quebra do vínculo familiar é notadamente preocupante, pois as primeiras experiências são essenciais no desenvolvimento, vivenciadas no seio familiar.

Sobre essa modalidade de acolhimento, a Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006 dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente:

O presidente do conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente no uso das atribuições legais estabelecidas na lei nº8. 242, de 12 de outubro de 1991 e no Decreto nº5. 089 de 20 de maio de 2004, em cumprimento as que estabelecem o Art.227 caput e par.7º e 261, par. único, do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/90, e a deliberação da Conanda, na Assembleia Ordinária n.º 137, realizada nos dias 8 e 9 de Março de 2006, resolve aprovar os seguintes parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. (CONANDA, 2006, p. 1).

Considerar que uma criança ou um adolescente chegue ao ponto de necessitar de uma instituição de acolhimento para se proteger e ter sua sobrevivência preservada é começar a ver o mundo da forma mais perversa.

As crianças e adolescentes institucionalizados são expostos à situação de risco. Segundo Siqueira e Dell’Aglío (2010), o perigo do consumo de álcool e drogas é indicado por sua precocidade; “a idade média para o uso do álcool varia entre 5 a 14 anos e 6 a 14 o uso de drogas ilícitas, como cocaína, crack, cola de sapateiro” (p. 410).

Apesar de ser a última alternativa para as crianças abandonadas, a instituição também pode trazer malefícios quando o período de abrigamento é muito longo. Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) relatam que crianças com idade entre 1 e 5 anos que conviviam “em ambiente coletivo entre 12 e 50 horas por semana apresentavam três a cinco vezes mais chance de manifestar sintomas de infecção respiratória” (p. 617). Contudo, as organizações vêm mudando sua dinâmica quanto ao cuidado que exercem com seu público, pois cada vez mais tem se percebido a preocupação com a formação profissional.

3.4 GESTÃO DO CUIDADO

Ser um gestor do público em questão requer, além de formação profissional, habilidades para lidar com todos os tipos de imprevistos – pessoais, hierárquicos, políticos e técnicos. O espaço é dinâmico e são requeridas soluções imediatas e precisas para o bom funcionamento. Não basta ter disposição e boa vontade em cooperar; é preciso uma qualificação adequada para esse propósito. Empresas e colaboradores estão cada vez mais exigentes em relação à verba investida e aos resultados obtidos em benefício da instituição. Com a diminuição do voluntariado, é imprescindível a formação de uma equipe profissional dentro da instituição de acolhimento. Com as mudanças, as instituições de ensino implementaram os cursos de formação tanto técnico como universitário, com o objetivo principal de atender a necessidade de ampliar conhecimentos diversos para suprir as demandas propostas pela instituição. Contudo, “um grupo gestor que carregam uma organização e ocupam papel de líderes estão no centro de tudo” (PEREIRA, 2013, p. 157).

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) reconhece que, para ingressar na equipe profissional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é imprescindível que o profissional tenha formação de nível fundamental e médio completo (CNAS, 2014, p. 3). Tanto o educador como o gestor devem possuir formação de ensino médio completo; essa exigência é necessária ao desempenho de “funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao Cadastro Único (CADÚNICO), diretamente relacionado às finalidades do Sistema Único de Assistência Social” (CNAS, 2014, p. 3).

O quarto artigo da Resolução nº 9 do CNAS identifica que as atividades do Educador Social incluem a defesa e garantia dos direitos, promovendo a socialização e também a “proteção dos adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade e situação de risco social e considerando ciclo de vida e ações intergeracionais” (CNAS, 2014, p. 4).

A função de gestor social demanda autonomia, pois é responsável pelo funcionamento geral da instituição, independentemente de seu tamanho e local. Sua função é “planejar, definir, formatar, organizar, monitorar e avaliar em conjunto. Com eficiência, eficácia e efetividade as demandas do atendimento sócio educativo”

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2006, p. 6).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2006) ressalta, no Artigo 3 do Decreto nº 5.089, que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) tem por finalidade fazer o levantamento sobre as infrações cometidas e aplicar as medidas cabíveis, pois é um “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo” (p. 1).

Trabalhar com crianças e adolescentes não é uma tarefa fácil; envolve a disposição dos membros da equipe multiprofissional em colaborar uns com os outros. Para tanto, somente a parte técnica não é suficiente quando se lida com ser humano exposto a vulnerabilidade e risco social. Graciani (2005) ressalta que o artigo 90 do ECA não supre todas as necessidades; por isso, deve haver um “atendimento inicial altamente intensivo para o resgate de autovalorização e autoconfiança” (p. 193). O educador tem o papel de líder, porém é preciso estar consciente ao estabelecer as normas, que devem vir acompanhadas de respeito, carinho e firmeza, o que fará com que obtenha melhores resultados na sua interação com os outros na instituição.

A função dos socioeducadores é zelar e proteger a “integridade física e psicológica dos adolescentes e dos funcionários, quanto às atividades pedagógicas”. Nesse processo a sua atuação é imprescindível em ambas as partes (BRASIL, 2006b, p. 45). Não se trata simplesmente de dispensar cuidados como uma necessidade básica a alguém. Oferecer ajuda e cuidar, mais do que isso, “abrange mais que um momento de atenção, é uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com outro” (BOFF, 1999, p. 33). A afinidade é conquistada através de trocas e sentimentos de afeto, de respeito, com senso de autocrítica; por isso, ao se dirigir a outra pessoa, é preciso ter um olhar de preocupação pelo bem-estar do outro.

No entanto, nem sempre esse cuidado é aplicado em sua essência. Trabalhar em uma instituição de acolhimento exige do educador e do gestor responsabilidade extra; além da experiência profissional, é preciso estrutura emocional, moral e ética na solução de qualquer situação que venha ocorrer. Na condição em que se encontram, a sensibilidade e a sensatez são os instrumentos mais adequados para ouvir e ser ouvido.

O êxito nas atividades desenvolvidas nos programas está diretamente relacionado com a qualidade de seus processos de gestão. O impacto social de seus serviços será maior ou menor conforme a capacidade de planejar com eficiência, de definir sua missão com clareza, de formatar seus serviços atendendo adequadamente a necessidade de seus destinatários (os adolescentes). Planejar, definir, formatar, organizar, monitorar e avaliar em conjunto asseguram ações mais consistentes. (CONANDA 2006, p. 40).

Formar parcerias, como redes internas e externas, é fundamental. As redes internas fazem conexão com vários “programas de atendimento e exige o estabelecimento de canais de comunicação entre todos os funcionários. As redes externas, por sua vez, proporcionam uma ligação com os adolescentes desde sua entrada até a saída” (CONANDA, 2006, p. 42). O empenho do vínculo construído entre o educador e o adolescente prevalece na busca do bom desenvolvimento.

Art. 4º As ocupações profissionais com escolaridade de ensino médio, que compõem as equipes de referência do SUAS, desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao Código Único, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS, quais sejam: I – Cuidador Social, com as seguintes funções: a) desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas. (CNAS, 2014, p. 3-4).

A função do educador social é garantir os direitos e a proteção das crianças e dos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. As funções dos educadores e gestores no meio social se assemelham e completam, pois ambos visam os processos de formação em todos os aspectos – seja no trabalho, na família ou na escola.

A Pedagogia Social vem crescendo no meio social e acadêmico, apesar da resistência das políticas públicas. No Brasil ainda persiste o desafio da Pedagogia Social, que pode “atingir o reconhecimento da área na sua plenitude: como ciência, disciplina curricular, área de intervenção sociopedagógica, campo de pesquisa e profissão” (MACHADO; MACHADO, 2011, p. 1). Ainda há dúvidas em relação à Pedagogia Social, que decorre da semelhança das funções exercidas pelos profissionais da área de educação, como Educação Social, educação não formal e a escola. Isso ocorre também com o perfil dos profissionais que atuam nesse campo, como o educador social e pedagogo social, que ocorre no

[...] setor privado, [em] que [esses cargos] são desenvolvidos tanto por indivíduos com formação em diferentes áreas como por indivíduos sem formação básica, que atuam como profissionais ou voluntários e oscilando entre assistencialistas à socioeducativas. (MACHADO; MACHADO, 2011, p. 2).

A Pedagogia Social pode atuar em vários ambientes; sua função é humanizar as pessoas, em um processo transformador. Para tanto, trabalha “diretamente sobre os problemas de sua comunidade, também conhecida como didática social; como formadora de pessoas críticas para atuar na dimensão dos movimentos sociais e populares” (DÍAZ, 2006, apud PEREIRA, 2011, p. 51). Para Graciani (2005), ao se tornar insensível à necessidade de erradicar a miséria no Brasil, demonstra o quanto se propaga a “marca da exclusão, a pedagogia do educador social é, de certa forma uma contra pedagogia que busca a cultura da solidariedade que possa neutralizar a banalização da vida a qual as elites brasileiras se acostumaram” (p. 13).

O educador, como pedagogo, é importante no trabalho social e em grupos vulneráveis. A profissão é necessária e urgente no meio educacional e social. “Para trabalhar na área social e quase inexistência de pessoas qualificadas pedagogicamente, esta separação pode ser observada” (PEREIRA, 2011, p. 52).

No Brasil, o educador social era considerado um educador popular porque a Pedagogia Social chegou ao Brasil pela teoria da pedagogia popular, na concepção de Paulo Freire. O educador social possuía a função de mediador em um grupo, assemelhando-se a um líder familiar que interage na solução de problemas gerados por seus membros. Com as atuais mudanças, a profissão de educador social está sendo reconhecida pela proposta (PL 5.346/2009) do Deputado Chico Lopes, que regulamenta a atividade do educador social. Esse é um grande avanço, considerando os benefícios que as instituições terão com os profissionais mais capacitados e preparados para lidar com público e situações mais complexas. Com a capacitação, o educador terá mais autonomia e experiência para usar seus conhecimentos de maneira consciente e executar diversos projetos compatíveis com a instituição.

Não apenas a equipe (gestores, coordenadores, educadores e funcionários) responsável por cumprir seu papel da melhor maneira possível está envolvida na educação e bem-estar das crianças e dos adolescentes, mas a presença da família e o vínculo constante são um diferencial em todo esse processo; a instituição

necessita desse apoio para um trabalho mais efetivo. Até que atinjam a maioridade e saiam da instituição com maior segurança, a referência se torna um apoio importante para novos desafios.

3.5 FAMÍLIA

O modelo de família nuclear sempre foi o exemplo mais aceito, porém vem sofrendo modificações através dos tempos. Com o avanço da tecnologia a mulher tomou outros rumos; já não é mais simplesmente a dona de casa que cuidava dos filhos e os afazeres domésticos. Com a necessidade de auxiliar nas despesas da família, a mulher começou a estudar e se profissionalizar. As mudanças proporcionaram maior liberdade para trabalhar fora e se tornar mais independente. Com isso outros fatores importantes foram surgindo, como a educação das crianças que, por falta de tempo, passou a ser delegada aos cuidados de creches, babás e avós.

O primeiro espaço vivenciado pela criança é o meio familiar, onde ela pode crescer aprender e se desenvolver. Outro ambiente importante no meio externo é a escola, na qual ela interage socialmente com seus pares, continuando assim seu desenvolvimento de forma tranquila dentro de suas habilidades e interesses.

Para o adolescente, as cobranças tanto sociais como familiares são maiores, pois ele já possui a compreensão dos valores morais e sociais. Nesse sentido, a família é o pilar para qualquer indivíduo, independente da composição dos membros. Faz-se necessário definir o conceito de família nuclear:

Por família nuclear entenda-se constituída pelo tripé pai, mãe e filhos, por família extensa a que se componham também por outros membros que tenha quaisquer laços de parentesco e a abrangente a que inclua mesmo os não parentes que coabitem. (OSÓRIO, 1996, p. 16).

As famílias são responsáveis pelo bom desenvolvimento da criança e do adolescente, seja físico ou moral. Dependendo de como transcorreu o desenvolvimento dentro da família, os resultados afetam a vida do sujeito e o meio onde foi criado. Muitos fatores são gerados pela influência do meio ambiente, “tanto de dentro como de fora, requer uma transformação constante da posição dos membros da família, em relação um com o outro, de maneira que possam crescer, enquanto o sistema familiar mantém continuidade” (MINUCHIN, 1990, p. 64).

Contudo, a maior referência que um adolescente ou criança pode ter sempre será a família. A autoridade dos pais se faz necessária para o controle da conduta do adolescente, visando estabelecer identificações saudáveis.

A interação com o meio gera o desenvolvimento humano. As etapas que ocorrem durante a vida do sujeito são denominadas por Bronfenbrenner (2011) como processos proximais.

Capacidade, a motivação, o conhecimento e a habilidade para exercer essas atividades com outras pessoas e consigo mesmo. Mediante uma interação progressivamente mais complexa com seus pais, por exemplo, as crianças tornam-se cada vez mais agentes do seu desenvolvimento. (BRONFENBRENNER, 2011, p. 46).

As famílias vêm se modificando ao longo do século, pois não há mais imposição para que seja constituída por uma mãe e um pai biológicos. Qualquer pessoa que deseje e tenha condições, possui o direito de adotar uma criança, podendo ser “por casal hetero, quanto pares homossexuais, por idosos ou por uma só pessoa ” (GOMES, 2003, p. 42). Nesse sentido, o que importa para a criança é que os pais ou responsáveis tenham integridade física, mental e moral, bem como condições para suprir as necessidades de sua sobrevivência.

A família sempre teve seu lugar especial, mesmo com as grandes mudanças e com o surgimento de vários tipos de famílias, como a matrimonial, informal, monoparental, anaparental, reconstituída, unipessoal, paralela e endemonista – ainda que o modelo predominante socialmente seja a família heterossexual. Segundo o artigo 226 da Constituição, “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988, p. 1).

A família que mais se destaca é a monoparental; apesar de ser constituída por um dos pais, na maioria das vezes os filhos acabam ficando aos cuidados da mãe. Com isso, começam a surgir as dificuldades de subsistência pela falta de estrutura acadêmica e profissional. As oportunidades são mínimas; os empregos são escassos ou encontra subempregos. Devido à baixa renda familiar para arcar com as despesas da casa, geralmente a mulher se obriga a encaminhar os filhos para uma instituição de acolhimento. Em alguns casos existe colaboração do pai com auxílio alimentação, porém não é o suficiente para a criação de uma criança ou adolescente com dignidade.

A evolução da sociedade contemporânea trouxe grandes mudanças que influenciaram a composição familiar; com isso, a “pluralidade em relação aos tipos de família, não tem sido uma tarefa nada fácil. Principalmente, quando se tenta compreender esses tipos sem produzir preconceito ou exclusão” (DAROZ, 2008, p. 25). Ao ressaltar que a criança é sagrada aos olhos de Deus, Badinter (1985) enfatiza que o abandono não é aceitável em nenhuma circunstância, pois “os pais não podem dispor dos filhos à sua vontade, nem desembaraçar-se deles. Presente de Deus ou cruz a carregar, não podem usar e abusar deles” (BADINTER, 1985, p. 26).

A família sempre esteve envolvida no contexto religioso; independentemente da religião, o foco sempre foi Deus e ele é base de fortalecimento para a humanidade. A espiritualidade é essencial na formação do ser humano como sujeito; entretanto, não é necessariamente provinda de uma religião, mas sim de uma crença que proporcione à pessoa bem-estar físico e mental. Em alguns casos, a meditação e a participação de programas com conotação de fé, assim como a reflexão sobre a própria existência, ajudam a evitar situações de aflição, fragilidade emocional, bem como conflitos internos e externos.

Em uma instituição de acolhimento, todos têm o direito de ser orientados em um sistema religioso conforme sua crença. No entanto, o contexto da “espiritualidade precisa ser bem-trabalhada e desenvolvida nos socioeducandos. Como fazer isso sem colidir com o caráter eminentemente laico da socioeducação?” (BRASIL, 2006a, p. 53). A espiritualidade tem influenciado na vida das pessoas, pois os profissionais da área de saúde estão mudando seus conceitos em relação à espiritualidade e religião na cura de algumas doenças. Fatos têm demonstrado que a oração e a fé colaboram “na melhora da saúde física e mental, bem como para responder a situações estressantes de vida” (PANZINI et al., 2007, p. 107), visto que varia conforme sua representação para cada indivíduo.

O papel da religião na vida de uma pessoa é de grande importância, porém seu significado não é o mesmo para todos. Para Gaarder (2000, p. 15), “o respeito pela vida religiosa dos outros, por suas opiniões e seus pontos de vista, é um pré-requisito para coexistência humana”. A questão da fé é universal; cada povo possui sua crença, dela recebe o sentimento de adoração por seu Deus. A excelência dessa busca está no respeito por todas as religiões.

A humanidade é guiada pelo que se acredita; a quebra da fé através de atitudes erradas, seria cometer um pecado. Por isso, do “ponto de vista teológico é importante distinguir entre pecado e pecados, o pecado é tanto um estado como uma atividade” (GAARDER, 2000, p. 149). Na maioria das vezes, atitudes como ajudar alguém, se dedicar ao outro e doar um pouco de si configuram ações benéficas perante Deus, e a filantropia possui esse papel.

As pessoas que moram na rua nem sempre são desprovidas de moradia ou de condições para viver com dignidade. O que ocorre é que, ao passar por uma crise familiar, conjugal ou mesmo financeira, se desfazem de tudo o que possuem – até mesmo os filhos, por não conseguir superar a frustração e o sofrimento em curto prazo – e acabam indo morar na rua, dependendo da piedade alheia para sobreviver. Frequentemente a ajuda provém de pessoas tementes a Deus, que ajudam em nome do Senhor. Sendo assim, “seria uma continuidade dessa adoração de Jesus, pois buscaria Jesus que está naquele pobre” (MEDEIROS; MARIZ, 2013, p. 148). Para as religiões, é função da caridade ajudar incondicionalmente sem esperar nada em troca, pois o retorno é feito pela graça de Deus. Nesse sentido, essa é a filosofia dos “seguidores de uma religião [que] desejam ser guiados pelo código moral de sua fé, ou ética, o máximo possível” (WILKINSON, 2000, p. 11). Muitos encontram na religião o conforto e o bem-estar por servir a Deus, utilizando como ofício a filantropia e a assistência social. Guimarães e Avezum (2007) indicam que a relação de espiritualidade e religião implica no resultado de “satisfação e conforto para momentos diversos da vida, bem como motivo de discórdia, fanatismo e violentos confrontos” (p. 89).

A homossexualidade possui seus direitos reconhecidos juridicamente, promulgados pela Constituição de 1988, que declara no artigo 226 que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 1988). Ainda há muitas famílias que não aceitam e negam a condição da filha ou filho homossexual, por vergonha de amigos, vizinhos, familiares e da sociedade ou mesmo devido à ideologia a modelos de famílias heterossexuais. É necessário rever os conceitos e valores em relação esse fato, considerando que “o mundo familiar mostra-se em uma variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para os desafios que a vida vai trazendo” (OLIVEIRA, 2009, p. 69). Para tanto, o foco principal desta

pesquisa foi saber como gestores e educadores lidam com adolescentes homossexuais em uma instituição de acolhimento.

Toda a investigação ocorreu dentro das normas e procedimentos para a realização de pesquisas científicas envolvendo seres humanos, conforme preconizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná. Os resultados obtidos foram analisados de forma teórica e pesquisa de campo.

4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com a utilização de entrevista em profundidade. Para isso, utilizou-se como metodologia investigativa o Método Clínico elaborado por Piaget (1926), autor que desenvolveu estudos sobre o pensamento infantil. Baseado em Piaget, Delval (2002) criou o “Método Clínico ou Método Exploratório Crítico”, que considera que, como o julgamento da criança é peculiar, também é necessário um instrumento específico. Trata-se de um método difícil e complexo, que demanda certa experiência do pesquisador, envolvendo aproximadamente dois anos de dedicação. É um instrumento que considera a atividade, o raciocínio lógico da criança e que sugere uma compreensão maior, pois suas representações são diferentes de adultos. Embora idealizado para entrevistas com crianças, o Método Clínico tem se mostrado adequado para pesquisas com outros públicos em educação.

Segundo Delval (2002), no que se refere ao Método Clínico, é um norte para descrever e realizar as observações na pesquisa. Como sua aplicação envolve o desenvolvimento sequencial de etapas até chegar aos resultados, é preciso experiência para utilizar o método. Inicialmente, é necessário escolher o problema e especificar o que exatamente será pesquisado, baseando-se nos dados anteriores. Na segunda etapa, propõe-se a entrevista clínica, de forma que venha a evitar maiores erros para não prejudicar o desempenho do trabalho. A terceira etapa é obter o “máximo de informações” importantes, e por fim formular um instrumento para apresentação dos resultados (DELVAL, 2002, p. 80). O Método Clínico permite flexibilidade de comportamento por parte do entrevistado.

4.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O critério para a seleção dos participantes do estudo incluiu o fato de serem gestores e educadores sociais de instituições de acolhimento para meninos, preferencialmente de ambos os sexos. Participaram da pesquisa, ao todo, dez pessoas, dos quais sete eram educadores sociais e três gestores, por entender que, tratando-se de um estudo qualitativo, o número de participantes proporcionou

elementos suficientes para a discussão dos núcleos de significação e analisar a gestão do cuidado.

O QUADRO 2 caracteriza os três gestores participantes da pesquisa, por ordem decrescente em idade, gênero, grau, local e profissão. Foram utilizados nomes fictícios a fim de manter o anonimato dos participantes.

QUADRO 2- CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES GESTORES

Nome	Idade	Sexo	Serie	Local	Profissão
Tiana*	56	Fem.	Sup.	Inst.	Teóloga
Lico*	44	Mas.	Sup. Inc.	Inst.	Técnico administrativo
Marco*	39	Mas.	Sup.	Inst.	Pedagogo

FONTE: a autora (2015).

A amostra é composta por três gestores, dois do sexo masculino com idades entre 39 a 49 anos, e um do sexo feminino, com idade de 56 anos. Os gestores participantes são profissionais efetivos da instituição de acolhimento e possuem carga horária de oito horas diárias. Sua responsabilidade é responder pelo bom funcionamento da instituição e atender as necessidades dos adolescentes e funcionários em todos os aspectos.

Verificou-se que dois dos gestores possuem curso superior completo (em Pedagogia e Teologia) e um gestor tem formação em curso técnico.

O QUADRO 3 caracteriza os sete educadores participantes, por ordem decrescente em idade, gênero, grau, local e profissão.

QUADRO 3 - CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES EDUCADORES

Nome	Idade	Sexo	Serie	Local	Profissão
Amélia	49	Fem.	Sup.	Inst.	Assistente social
Suzi	44	Fem.	Ensino M.	Inst.	Auxiliar administrativo
Ivo	40	Mas.	Ensino M.	Inst.	Auxiliar geral
Diva	36	Fem.	Ensino M.	Inst.	Auxiliar geral
Milu	33	Fem.	Ensino M.	Inst.	Auxiliar geral
Megui	29	Fem.	Sup./ Pós	Inst.	Assistente social
René	24	Mas.	Sup. Inc.	Inst.	Auxiliar administrativo

FONTE: a autora (2015).

A amostra é composta por sete educadores; cinco são do sexo feminino, com idades entre 29 a 49 anos, e dois são do sexo masculino, com idades de 24 e 40 anos. Os educadores participantes são profissionais efetivos da instituição de acolhimento e possuem carga horária de oito horas diárias. Sua responsabilidade é zelar pelo bom funcionamento da ONG, protegendo os direitos dos adolescentes, orientando-os nas tarefas escolares, higiene e no bom relacionamento com outros adolescentes e funcionários, também atendendo suas necessidades dentro e fora da instituição. Dois educadores do sexo feminino possuem curso superior completo com formação em Serviço Social e três têm Ensino Médio. Quanto aos educadores do sexo masculino, um possui Ensino Médio e um está cursando Serviço Social.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O Protocolo da entrevista é composto de 21 perguntas semiabertas. Sua finalidade é de proporcionar aos participantes, maior liberdade para se expressarem da maneira que desejarem. Para tanto foi utilizado como base o Método Clínico proposto por Piaget (1926) e elaborado por Delval (2002).

A entrevista utilizou um roteiro de questões com suporte em teorias e pressupostos que puderam, no decorrer do processo, proporcionar outras interrogativas. Aos poucos foram surgindo outras respostas, de modo que o participante na sequência foi se integrando à entrevista, seguindo seu raciocínio e suas experiências. Assim, “a entrevista foi flexível e dependeu das circunstâncias que rodeavam, principalmente, o informante e o teor do assunto em estudo, não deveria se prolongar mais de 30 minutos” (TRIVINOS, 1987, p. 146).

A chamada “entrevista não estruturada” e a entrevista em profundidade possuem a mesma função. Em vez de responder um formulário com várias alternativas, permitem obter do entrevistado os assuntos mais importantes. Assim, “por meio de uma conversação guiada, pretendeu-se obter informações detalhadas que pudessem ser utilizadas em uma análise qualitativa” (RICHARDSON, 1999, p. 208).

A pesquisa foi de caráter exploratório. Embora algumas pesquisas qualitativas se proponham a preencher lacunas no conhecimento, a maioria não se origina da teoria. “Essas lacunas geralmente se referem à compreensão de

processos que ocorrem em uma dada instituição ou comunidade, em sua maioria, classificadas como exploratórias ou descritivas” (ALVES, 1991, p. 57).

4.4 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada em três instituições de acolhimento.

A primeira instituição se localiza em Curitiba-PR. A ONG atende dez crianças com idades de 2 a 6 anos e adolescentes até os 18 anos. Funciona como casa lar, acolhendo crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, independente de raça, cor, nacionalidade ou religião, sem fins lucrativos. Possui localização acessível ao terminal de ônibus e comércio. A divisão dos compartimentos da casa é adequadamente composta para acomodar as crianças e adolescentes; os grupos são divididos por idades aproximadas e afinidades. Os quartos são arejados e se localizam no mesmo corredor.

Os encaminhamentos a essa instituição são feitos através do Conselho Tutelar e da Vara da Infância e Juventude, incluindo vítimas de abandono familiar e violências diversas. Participaram da pesquisa um gestor e dois educadores sociais. O espaço utilizado foi uma sala de tamanho pequeno, porém iluminada, arejada e silenciosa, que funcionava como escritório, assim colaborando para que não houvesse interferências de outras pessoas no trabalho.

A segunda instituição se localiza em Curitiba-PR. Possui capacidade para 20 crianças e adolescentes com idades entre 7 a 17 anos. Com a finalidade de funcionamento como abrigo, acolhe crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, independente de raça, cor, nacionalidade ou religião, sem fins lucrativos. A ONG atende em duas casas; a seleção é feita conforme a idade e a maturidade de cada um. As crianças e adolescentes são encaminhados pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e Juventude, por serem vítimas de abandono familiar e violências diversas. Os participantes, um gestor e dois educadores sociais, utilizaram o escritório da instituição para a entrevista, por ser um local tranquilo.

A terceira instituição se encontra localizada na Região Metropolitana de Curitiba. Com capacidade para 60 pessoas, atualmente acolhe 30 crianças e adolescentes na faixa de 7 a 18 anos, funcionando como abrigo. O acolhimento é destinado a situações de risco e vulnerabilidade social, independentemente de raça,

cor, nacionalidade ou religião, sem fins lucrativos. A ONG atende em três casas; uma destina-se a crianças dos 7 aos 11 anos e duas casas atendem adolescentes dos 12 aos 18 anos, separados conforme a idade e a maturidade de cada um. As crianças e os adolescentes são encaminhados pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e Juventude, sendo vítimas de abandono familiar e violências diversas. Os participantes, um gestor e três educadores sociais, utilizaram o escritório da instituição para a entrevista, por ser um local sem muito movimento.

Os participantes foram informados do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), da gravação das entrevistas, do uso de nomes fictícios para preservar seu anonimato e da opção voluntária em participar do estudo. Após o consentimento dos participantes mediante a assinatura do TCLE, deu-se início às entrevistas de forma individual, obedecendo à disponibilidade de cada um. Para a entrevista, a pesquisadora organizou o processo de tal forma a deixá-los bem à vontade.

A entrevista foi gravada e acompanhada por um protocolo contendo 21 perguntas semiestruturadas. O tempo estipulado foi de aproximadamente 30 minutos para cada participante. Trata-se de

[...] um método de conversação livre com a criança sobre um tema dirigido pelo interrogador que segue as respostas da criança, que lhe pede que justifique o que diz, explique, diga por que, que lhe faz contra sugestões etc. Seguindo a criança em cada uma de suas respostas, depois sempre guiado por ela, fazendo que fale cada vez mais livremente, acaba-se por obter, em cada um dos domínios da inteligência (lógica, explicações causais, função do real etc. um procedimento clínico de exame análogo ao que os psiquiatras adotaram como meio diagnóstico. (DOLLE, 1975, p. 25).

A coleta de dados ocorreu no período compreendido entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, após aprovação pelo Comitê de Ética.

5. RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO.

Os procedimentos de análise basearam-se nos Núcleos de Significação propostos por Aguiar e Ozella (2006), que seguem uma abordagem da Psicologia Sócio-Histórica de análise de materiais de cunho qualitativo, “visando apreender os sentidos que constituem o conteúdo do discurso dos sujeitos informantes” (p. 223). Seguindo o modelo proposto pelos autores, além da descrição dos fatos os Núcleos de Significação também buscam a explicação do processo de sua construção, o que exige que se tenha claramente uma concepção de homem histórico, “constituído na e pela atividade”, onde “expressa sua singularidade, produz seus significados e os sentidos subjetivos” (p. 224).

Evidencia-se, desse modo, a complexidade desse processo, marcado especialmente pela força dos registros emocionais, geradores de um estado de desejo, de tensão, que mobiliza o sujeito, que cria experiências afetivas que, como atividade psíquica, tem papel regulador. (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 228).

Concorda-se com os autores que a entrevista é um instrumento eficiente para acessar os sentidos e significados manifestos que interessam ao pesquisador. Assim, após as entrevistas, o material gravado foi transcrito na íntegra e deu-se início às leituras “flutuantes” (diversas leituras do material para identificar pré-indicadores).

Os pré-indicadores permitiram a composição dos indicadores e caracterizaram uma fase do processo de análise: a nuclearização. Fez-se a releitura do material, estabelecendo pré-indicadores, indicadores com seus conteúdos e articulações, resultando nos núcleos de significação (categorias de análise). A partir do processo de organização dos núcleos de significação foi possível verificar as transformações e contradições que ocorreram no processo de construção de sentidos e significados, o que permitiu uma análise consistente e profunda dos dados que considerou o que é subjetivo, contextual e histórico. Foram quatro os núcleos de significação que nortearam as análises dos dados, descritos no QUADRO 4.

QUADRO 4 - NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PROTOCOLO DE ENTREVISTA

Núcleos de Significações	Significado	Questão
Experiência profissional	Conhecimento das leis, vínculo com o trabalho institucional, formação, experiência no cuidado com adolescentes	1, 2, 3, 4, 6, 7, 16
Dimensão do cuidado	Manifestações de acolhimento, proteção e cuidados em geral com os adolescentes, bem como as formas afetivas e preocupações manifestas	5, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 20
Sexualidade e orientação sexual	Informação/formação nas questões de gênero e sexualidade, orientação sexual, bem como dúvidas, dificuldades, encaminhamentos relativos ao assunto	8,9, 10,11, 12, 13, 14,15, 17, 18, 19,
Demandas pessoais e institucionais	Demandas referentes ao assunto no que concerne a diversidade sexual bem como ao modelo de gestão, parcerias e encaminhamentos	18,21

FONTE: a autora (2015).

Para a análise dos dados, primeiramente, foi construído um quadro síntese descritivo dos indicadores por núcleo de significação, conforme mostra o QUADRO 5. Os pré-indicadores são representados por falas expressivas que, aglutinadas, deram origem aos indicadores referenciais dos núcleos de significação identificados nesta pesquisa.

QUADRO 5 - SÍNTESE DOS INDICADORES DO ESTUDO

Indicadores	Núcleos de Significação
Características pessoais Experiência diversificada no campo da Pedagogia Social Desconhecimento das leis Formação incompleta para os educadores sociais e formação superior variada para os gestores	Núcleo I Experiência Profissional
Trabalho diferenciado Cuidar em todas as dimensões Instituição de meninos Dificuldades para atender a diversidade Possibilitar projeto de vida	Núcleo II Dimensão do cuidado
Sentem-se preparados afetivamente Falta de formação para o público e a diversidade sexual Pouca informação sobre a homossexualidade Discriminação Violências Abandono Insegurança Não sabem o que fazer e como lidar com a orientação sexual Jovens demais para tomar atitudes Falta de conhecimento e orientação sobre a sexualidade Carência afetiva	Núcleo III Sexualidade e orientação sexual
Ineficiência e falta de compromisso dos órgãos públicos Atendimento diferenciado Direitos iguais Liberdade de escolha Falta de compromisso da família	Núcleo IV Demandas pessoais e institucionais

FONTE: a autora (2015).

5.1 NÚCLEO I: NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

5.1.1 Gestores

Todos os gestores participantes da pesquisa informaram ter sempre trabalhado em instituições de acolhimento; porém, para dois deles, é a primeira vez que cuidam de adolescentes. Dois participantes têm curso superior e um concluiu o

curso técnico de nível médio. Embora todos tenham mais de 14 anos de experiência em instituições, dois deles desempenham a função de gestor pela primeira vez.

Dentre os gestores, apenas um teve convívio com a família biológica. Os demais têm sua história vinculada à vivência em instituições de acolhimento durante a infância e adolescência, como expressam dois participantes.

A minha história começa aqui na instituição. Fui adolescente acolhido nesta instituição, fui abrigado há mais de vinte anos atrás. Entrei depois que completei 18 anos. Como adolescente, permaneci na instituição trabalhando e ajudando. Hoje coordenador do abrigo, vendo outros adolescentes e crianças que chegam na instituição. (Marco)

Sou um homem de 44 anos, sou casado tenho uma filha de 16 anos, moro e tenho uma casa aqui há 14 anos. Eu como gestor, minha esposa como auxiliar gerais, e assim tenho como missão aqui dar continuidade a um trabalho que começou em meados de 1982, quando eu tinha 9 anos de idade. Isso começou na instituição né? Acredito muito nessa realização desse trabalho, Um trabalho onde me encontro profissionalmente, tenho planos e uma visão para o futuro de tudo isso . Minha formação acadêmica curso superior incompleto. Eu fiz faculdade de processos gerenciais, mas não pude concluir por razões financeiras, coisas assim... (Lico)

Os relatos dos gestores indicam que a instituição os acolheu e proporcionou uma chance de crescer com dignidade, investindo em sua formação profissional e pessoal, o que demonstra uma visão positiva da instituição pela própria transformação de suas vidas. No entanto, fica claro o fato de terem assumido um posto representado simbolicamente o “poder”, dando a eles uma motivação a mais para continuar na instituição. Nesse sentido, apesar do sucesso conquistado, não demonstraram maior conhecimento sobre as leis que regem a instituição – que é fundamental para entenderem o espaço de trabalho e sua população – ou conhecimento específico mais profundo, direcionado à educação e à formação dos adolescentes dentro de uma política de ensino e aprendizagem.

A questão do cuidado aplicado aos adolescentes reflete mera proteção fraterna, o que revela que os gestores, na posição que se encontram, não modificaram a filosofia que receberam ao entrar na instituição; assim, replicam o mesmo processo, sem perceber a importância de conhecer a fundo as características e as necessidades dos adolescentes. A falta de conhecimento técnico e teórico dificulta o manejo e a orientação em relação à diversidade de pessoas, reconhecendo que cada um merece atenção especial. Mesmo

abandonados à própria sorte, mantiveram o empenho em aproveitar a chance para progredir e se tornar um cidadão do bem, sendo um exemplo de superação.

Os educadores e gestores devem conhecer as leis e programas, pois são fundamentais à interação com os adolescentes. Segundo o ECA, “considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 3). Também a UNICEF (1990) aponta que a criança tem por lei seus direitos protegidos, independentemente de qualquer situação, conforme indicado na Declaração dos Direitos da Criança, adaptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas: “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais” (UNICEF, 1990, p. 4).

A conscientização da falta de habilidades profissionais abre espaço para novos conhecimentos; nesse sentido, Silva (2009) ressalta a importância de novos relacionamentos interpessoais, no processo de “desenvolvimento de competências e habilidades específicas para o exercício da prática, contribuindo, dessa maneira, para construção de novos saberes” (p. 484). Para que haja proteção na sua totalidade, “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente. Pondo-os a salvo, de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, p. 8). Para o bom funcionamento da instituição, é necessário o empenho de todos os envolvidos.

5.1.2 Educadores

Quanto aos educadores, cinco participantes são do sexo feminino com Ensino Médio, quatro dos quais se encontram na instituição há mais de sete anos. Três participantes atuam há menos de um ano. Todos possuem experiência com adolescentes. Dos sete educadores, quatro disseram sentir-se tranquilos trabalhando com meninos em situação de risco. Nem todos os participantes possuíam conhecimento mais profundo em relação às leis, e alguns educadores conhecem o básico das leis, apenas 2 gestores e 4 educadores se encontravam mais informados em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Existe uma variabilidade quanto ao número de adolescentes por instituição, oscilando entre 10 e 35 adolescentes. Todos afirmaram que os adolescentes podem permanecer na instituição até os 18 anos.

Em relação ao conhecimento da legislação, os educadores afirmaram:

Bom! Totalmente, não conheço o Estatuto da Criança e do Adolescente; conheço partes, alguma coisa relacionada aos cuidados, proteção, direitos né, familiares. (Lico)

Mais ou menos, muito não me interei do ECA, tem o direito, tem deveres a cumprir fundamentos, no caso eles não podem sofrer agressão verbal como física né? Tem o livrinho, questão de se inteirar mais, ler mesmo. (Diva)

Não tenho informações, conheço alguma coisa do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), eu li um pouco de direitos e os deveres das crianças, muitas dessas leis, atrapalham por direitos, deveres, ignoram, conhecem direitos, eles sabem o direito deles. Está perfeito, não pode fazer nada, eles não gostam de dever, se seguisse o que dita a lei seria bom para eles e para nós. (René)

No relato dos três educadores Lico, Diva e René, o foco principal é a falta de conhecimento das leis que protegem a criança e o adolescente (Lei n. 8.069/90).

O ECA dispõe, no Artigo 5, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p. 4). Embora todos já estivessem trabalhando na instituição há mais de dez anos, os participantes enfatizam o desconhecimento das leis, apesar de terem fácil acesso às informações que norteiam o direcionamento e o esclarecimento de uma relação profissional adequada com os adolescentes na instituição de acolhimento.

Tendo em vista que a maior preocupação relatada pelos educadores é o “direito dos adolescentes”, parece que apenas protegê-los das agressões é o suficiente. A proteção surge como a função principal no cuidado com os adolescentes, também deixando implícito que as leis atrapalham a interação com os adolescentes, pois eles dominam a situação com base na lei que os protege, assim tirando a autoridade do educador por não saber como impor limites. Cabe ressaltar que os procedimentos utilizados pelos educadores apresentam falha devido à falta de informação e formação; a postura dos educadores diante dos adolescentes é frágil, demonstrando a pouca habilidade no cuidado, fazendo com que haja uma justificativa negativa em relação às leis:

Muitas dessas leis, atrapalham por direitos deveres, ignoram, conhecem direitos. (René)

Indica-se que o mais importante para os educadores é tomar cuidado para não infringir a lei, evitando maiores consequências para eles. Denota-se a necessidade de proteção por parte dos educadores e o “não fazer algo errado”; os maiores esclarecimentos não têm importância no cuidado:

Tenho o livrinho, questão de se inteirar mais, ler mesmo. (Diva)

O relato de Diva deixa claro o descompromisso com as leis, demonstrando o despreparo profissional.

Tanto o educador como o gestor devem possuir formação de Ensino Médio completo, o que é exigido devido ao desempenho das “funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao Cadastro único (CadÚnico), diretamente relacionadas às finalidades do SUAS” (CNAS, 2014, p. 3). Assim, é fundamental formar uma equipe de profissionais capacitados para promover o bom funcionamento da instituição de acolhimento; isso só é possível pela formação de “socioeducadores de níveis básico, técnico e tecnológico, utilizando-se de cartilhas para o nível básico, de manuais para o nível técnico e de literatura mais complexa para o nível tecnológico” (BRASIL, 2006a, p. 82).

A formação de pontes entre os socioeducadores e toda a equipe da instituição possibilita uma convivência afetiva e profissional mais contundente, pois as trocas proporcionam resultados significativos aos adolescentes acolhidos. Independentemente da expectativa diante de novos desafios, “acreditamos que a identidade do educador social se construa e seja justamente marcada pelas especificidades e profundas ambiguidades do contexto no qual se insere” (SILVA, 2009, p. 481).

O dirigente de instituição de acolhimento tem papel importante, que é “equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito (ECA, 1990, p. 30). A excelência de qualquer atividade dependerá da “capacidade de planejar com eficiência, de definir sua missão com clareza, de formatar seus serviços atendendo adequadamente a necessidade dos adolescentes” (CONANDA, 2006, p. 40). Os processos de construção do sujeito são instrumentos fundamentais na transformação das dificuldades apresentadas no ambiente de trabalho.

5.2 NÚCLEO II: NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: DIMENSÃO DO CUIDADO

5.2.1 Gestores

Quanto à presença de meninos com diferentes orientações sexuais, apenas um gestor informou a presença de um menino na instituição. No entanto, outros gestores informaram que, em outros momentos, a instituição recebeu meninos com características diferentes, demonstrando dificuldade na abordagem do tema.

Existe. A nossa instituição, houve outros meninos com essa **opção**. A instituição inicialmente teve dificuldade em trabalhar com esse público, por falta de experiência, de conhecimento. Impedimento mais uma vez, tivemos um grupo de meninos aqui, eu como educador, e hoje como gestor vejo assim, que é uma experiência magnífica, porque a nossa diversidade que diferencia, porque hoje se temos meninos, aqui tem essa opção, nós temos que nos qualificar, trabalhando, buscando recursos. (Lico)

Hoje, no momento, não temos, mas já tivemos. [...] Os adolescentes não entendem nós enquanto educadores. Trabalhamos com eles, nós temos um entendimento. Já os próprios residentes já têm dificuldades, nós nunca tivemos problemas com eles. Apesar de que os adolescentes brincavam e faziam piada, tiravam sarro, como acontece em qualquer contexto, na escola, no trabalho, enfim. (Marco)

No momento, não tem casos. Nos anos anteriores, nunca vivenciei uma experiência assim. Em caso de adolescente dava para entender o comportamento e a maneira não comprovadamente. Não chegou a manifestar características e não definiu. (Tiana)

Ao relatarem a existência de meninos com diferentes orientações sexuais, no presente ou no passado, os gestores demonstram desconhecimento sobre o tema, por exemplo, ao se referir à orientação como “opção sexual”.

É importante salientar a compreensão de Lico ao assumir a necessidade de buscar formação para atender com segurança ao direito do adolescente de viver sua diversidade. Por outro lado, Marco e Tiana revelam, além do desconhecimento, dificuldades em entender as diferentes orientações como características pessoais. Revelaram ter como norma do cuidado o modelo heteronormativo, reforçando preconceitos e a sua aceitabilidade no contexto social, bem como estereótipos de discriminação.

Os gestores revelam que lidar com esse tema – e, em especial, a presença de meninos com orientação sexual diferente da heterossexualidade – é uma “questão delicada”. Todos afirmam a necessidade de acolhimento, diálogo e escuta;

por outro lado, referem-se à diversidade de orientação sexual como um problema que deve ser resolvido pelo menino que a vivencia. Acreditam que a forma como a instituição acolhe a todos, sem privilegiar a diversidade, dá condições para que os meninos superem “suas dificuldades”.

Algumas falas são relevantes para perceber o cuidado no acolhimento, independentemente da orientação sexual dos meninos:

Esses meninos que chegam à instituição, eles vêm encaminhados. [...] então qualquer pessoa, qualquer menino dentro da idade de 7 a 17 anos, que precise no momento ser acolhido na situação, seja de violência, seja de agressão, seja de abandono, qualquer forma e situação de risco, nós vamos acolher. (Marco)

No primeiro momento, eu procuro entendê-los, ouvindo eles, tentando sentir sua angústia por essa opção diferenciada. Digamos assim, trabalhar a equipe, como lidar, encontrar um caminho juntos para poder ajudá-los. (Lico)

O cuidado enfatizado como proteção não minimiza a situação do adolescente e seus problemas; o cuidar está além das trocas afetivas, “abrange mais que um momento de atenção, de zelo e desvelo. Representa, assim, uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com outro” (BOFF, 1999, p. 33).

Os sentimentos vivenciados pelos adolescentes são decisivos em sua adaptação à instituição, sendo que a função dos socioeducadores têm por finalidade zelar e proteger a “integridade física e psicológica dos adolescentes e dos funcionários, quanto às atividades pedagógicas” (SINASE, 2006, p. 45). Nesse processo, sua atuação é imprescindível em ambas as funções. A qualidade do desempenho dos socioeducadores impactar sobre o apego – ou desapego – dos adolescentes na instituição. Rizzini e Rizzini (2004) ressaltam, em relação ao adolescente que perde os vínculos familiares e se obriga a trocar várias vezes de instituição, “os adolescentes que passam anos neste tipo de vida têm muita dificuldade de acreditar que é possível mudar” (p. 56).

5.2.2 Educadores

Considerando a possibilidade da existência de algum adolescente com orientação sexual homossexual na instituição, apontou-se apenas três dos sete

educadores que tinham conhecimentos. Quanto ao conhecimento técnico, seis não possuem conhecimento sobre a orientação sexual e cinco participantes afirmam conscientizar os adolescentes com orientação, respeito e preparo com cursos e palestras, quando saírem da instituição. Para dois educadores, é necessário acompanhamento por especialista. Quatro educadores acham que tanto os heterossexuais como os homossexuais não possuem diferenças. Três participantes apresentam com opiniões variadas: um opina que devem ser encaminhados a um especialista, um acredita que seja genético, e um diz que essa condição é um pecado, porém o respeita. Em virtude do que foi comentado, cinco não sofreram discriminação em função da diversidade sexual e dois não tiveram dificuldades em atender adolescentes frente à diversidade sexual. Dois educadores orientaram os adolescentes a ignorar a discriminação.

Cinco educadores participantes da pesquisa acreditam que a opção sexual é normal, porém devem ficar atentos na instituição para que não haja abusos. Dois afirmam que é melhor ter conversas e acolhimento. Todos desejam que a instituição convide profissionais especializados para capacitar a equipe técnica. Esses aspectos podem ser observados nos relatos:

Venho do princípio onde fui ensinada biblicamente que a parte da sexualidade é pecado, eu acredito nisso, mas eu respeito, tento respeitar os meninos de outras instituições, também tenho amigos homossexuais. Meus pais eram evangélicos, com princípios evangélicos nós éramos a única família a receber os homossexuais na nossa casa. A mãe nos ensinou sempre respeitar independente da nossa religião, aqui tento respeitar e tento passar para os meninos né? Também fico refletindo, temos esse menino homossexual criança. Perguntei para ele, como definiu a homossexualidade tão criança ainda, mas para mim às vezes é um pouco complicado, entender toda essa questão do homossexual, entender de homossexualidade, mas acima de tudo respeitar, acima da nossa religião. Nem Jesus iria desrespeitar, dizem que ele veio para todos né, fui ensinada, então eu respeito os meninos em qualquer acolhimento, independente de ser homossexuais e suas características dele. (Amélia)

Na verdade, meio difícil, porque os pensamentos são no caso um pensa de uma forma e outro pensa de outra forma, os educadores um aceita, outro não, acho dentro do possível foi tentado. (Diva)

Temos que ser afetivos, acolher, que eles se abrem o que pensam o que agride, eles falando o que pensam, podemos desenvolver algo para ajudar, tem medo da sociedade, existem aqueles que nasceram para agredir, nasceram para amar, seja para dar um tempo para ajudar, só resta falar o que eles precisam. (René)

Com bastante conversa, orientando eles sempre, olha trato esses meninos com bastante carinho, não tenho nenhum tipo de preconceito entre eles, porque aí eu trabalho bastante isso, às vezes o adolescente tem esse problema, e torna agressivo. Para as pessoas entenderem, porque muitos meninos não entendem, a gente que é adulto saber, que para não criar nenhum preconceito entre eles. (Susi)

No relato dos educadores fica nítido o cuidado afetivo e o desconhecimento técnico sobre a orientação sexual. O tratamento dirigido aos adolescentes é informal e pessoal, com característica fraternal de pais para filhos, evitando o sofrimento como causa de um problema que o adolescente apresenta e não de uma situação real que ele vivencia.

A falta de conhecimento indica várias questões, como o viés religioso e o pecado, que devem ser respeitadas. O respeito denota uma imposição, pois implica em valores morais, sociais e religiosos, como pode ser observado no relato de Amélia:

Entender toda essa questão do homossexual, entender de homossexualidade, mas acima de tudo respeitar, acima da nossa religião. (Amélia)

Existe ainda outra posição em relação à orientação sexual homossexual, que é o conflito que existe entre os educadores – uns aceitam, outros não. O “aceitar” deveria ser respeitar o adolescente com orientação sexual homossexual como ele é. Mais uma vez, verifica-se que os educadores não estão preparados para lidar com diversidade sexual, pois além de estarem infringindo os direitos dos adolescentes, ainda apresentam discriminação sexual, o que é uma falta grave.

Outra questão importante no relato dos educadores é a necessidade de proteger os adolescentes da sociedade:

Podemos desenvolver algo para ajudar, tem medo da sociedade. (René)

Além da proteção e do carinho, que aparecem com frequência nos relatos, os educadores enfatizam não ter preconceito em relação aos adolescentes:

Com bastante conversa, orientando eles sempre olham, trato esses meninos com bastante carinho, não tenho nenhum tipo de preconceito entre eles. (Susi)

É fundamental perceber fatores que são positivos, como a proteção fraternal, o carinho e a preocupação com os sentimentos dos adolescentes. Entretanto, a falta de habilidade com o cuidado frente à diversidade sexual e o preconceito apresentado por alguns educadores na instituição são preocupantes. Os cuidados e a proteção restritos ao interior das instituições fazem transparecer que o adolescente está no abrigo apenas como um sobrevivente, e não como um sujeito com direito às condições básicas que a lei lhe confere.

Nesse sentido, o cuidar está além do mero acolhimento afetivo, pois “abrange mais que um momento de atenção, de zelo e desvelo representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com outro” (BOFF, 1999, p. 33). No entanto, trabalhar com crianças e adolescentes não é uma tarefa fácil e depende da cooperação e da colaboração de todos membros da equipe multiprofissional – somente o envolvimento da área técnica não é suficiente, quando se lida com seres humanos expostos à vulnerabilidade e risco social.

Graciani (2005) ressalta que o art. 90 do ECA não supre todas as necessidades; deve haver um “atendimento inicial altamente intensivo para o resgate de autovalorização e autoconfiança” (p. 193). A exposição da criança e do adolescente desde os primeiros anos de vida a situações subumanas resulta em fatores prejudiciais à saúde física e mental.

Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) indicam que os cuidados na primeira infância são fundamentais; quando a criança é privada desses cuidados pode sofrer sequelas “emocionais, socioafetivas, são tidas como mais graves, porque a criança é afastada do seu ambiente natural” (p. 617). Independentemente das razões que a levaram a se afastar da família, sua inserção em um ambiente estranho e a convivência com pessoas que ela não conhece são estressantes para o seu desenvolvimento.

Frequentemente, no meio institucional, o cuidado se apresenta de forma espiritualizada, com conotação religiosa, pois os excluídos sempre foram acolhidos por religiosos, sendo que o “mistério e o inexplicável são elementos centrais em toda fé, já que ter fé implica aceitara impossibilidade de saber e explicar racionalmente setores da realidade” (MEDEIROS; MARIZ, 2013, p. 146).

5.3 NÚCLEO III: NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO: SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

5.3.1 Gestores

De modo geral, os gestores informaram não ter conhecimento específico e aprofundado sobre a temática da sexualidade, em especial sobre a orientação sexual. Alguns reconhecem que esse conhecimento deve fazer parte da formação inicial e continuada, informando que as instituições parceiras, como a Fundação de Ação Social (FAZ) promovem com frequência encontros de formação. Também indicam a necessidade de busca pelo conhecimento através de livros ou de contato com pessoas que conhecem o assunto em profundidade.

Os participantes da pesquisa informam não se sentir preparados adequadamente para tratar o tema sexualidade. Usam o termo “opção sexual” em lugar de “orientação sexual”. Costumam pedir ajuda para profissionais da saúde, das universidades, de associações parceiras, fazem cursos e buscam informações em leituras específicas. Compreendem o tema como “questão delicada” e, em função da lei, procuram respeitar e não ter um comportamento diferenciado. É interessante ressaltar a importância que dão às vivências para usar do bom senso em situações de conflito. Um dos gestores destaca “o diálogo, a conversa, acolhida, o entender das dificuldades, da situação” como a forma mais utilizada nos momentos de dificuldades relativas ao comportamento homossexual de algum dos adolescentes acolhidos. Todos os gestores afirmam não discriminar e acolher normalmente, sem diferenciação. Não individualizam nem colocam em quartos separados esses adolescentes, para que os outros meninos não os “vejam como alguém diferente”, mas como alguém que “tem uma diferença para ser respeitada”.

Para os educadores e gestores, a insuficiência do conhecimento sobre orientação sexual e o tratamento do senso comum – o que é dito como “normal” – revelam como o adolescente é negligenciado, sem ter o reconhecimento que sua condição merece.

15- Procuro não enfatizar qualquer tipo de discriminação a favor ou contra, não alimentar a tendência para essa ou aquela direção, falar com naturalidade a todos por igual, se há homossexualidade procuro ser natural; há princípios estabelecidos dentro do padrão moral, social. Considerando a minha pessoa, influencio ao tratar com naturalidade e esclarecer a situação. (Tiana)

10- Primeiramente é opção né? Hormonais que ele tem, é opção e tento entendê-lo no sentido que, em primeiro lugar não existe outro espaço que acolham estes perfis. A gente procura ajudá-los dentro do desejo deles, geralmente querem ser cabeleireiros. As vezes fazemos roda de conversa com os meninos para trabalhar que tem essa opção. Aqui é um espaço de meninos, eles são meninos com opção diferenciada e tem que ter respeito. Estas leis e os cuidados que devemos ter são leis burocráticas que vem de cima. (Lico)

9- Todo conhecimento a gente busca e vem adquirindo, mas nada melhor que a própria vivência com as situações como estas. Vão surgindo no trabalho né. Sempre que houve casos e situações dentro da instituição, o diálogo, a conversa, acolhida, entender as dificuldades da situação sempre foi a forma mais utilizada por nós. Os meninos que temos na instituição vem a nós através de um encaminhamento, então pela parceria que hoje nós temos com a FAS né, ou pelo juizado e Conselho Tutelar. Esses meninos que chegam à instituição, eles vêm encaminhados. A gente não escolhe, não falamos não queremos meninos assim dessa forma, dessa maneira, desse jeito não, então qualquer pessoa, qualquer menino dentro da idade de 7 a 17 anos que precisa no momento ser acolhido nesta situação, seja de violência, seja agressão, de abandono, qualquer forma, em situação de risco nós vamos acolher. Independente de ter uma orientação sexual homossexual. Nós vamos ter todo o cuidado de acolher. A primeira coisa a ser feita é estar no lugar onde ele possa se sentir seguro, acolhido e principalmente respeitado dentro da orientação dele. Como disse, durante esses anos que estou aqui, nós tivemos poucos casos, mas com os poucos casos, venho trabalhando dessa forma dentro dessa acolhida. Estar no lugar dele pela forma como ele vem, como ele chega, deve ser aceito e acolhido. Ser amado, ser respeitado como ele é. Nunca a gente trabalhou assim individualizando ele dentro da instituição, como vamos por num quarto separado? Não, vamos por ele junto com outros meninos, para que eles não o vejam como alguém diferente né, mas alguém que tem uma diferença para ser respeitada. Então a gente o trabalha dentro do próprio coletivo, da instituição. (Marco)

Ao relatar a dificuldade em lidar com a sexualidade, os participantes reconhecem que conviver com a diversidade é complexo e exige maior empenho e conhecimento na área, pois estão lidando com seres humanos que como tal têm seus direitos assegurados pelo ECA (BRASIL, 1990), que afirma em seu sexto artigo que “na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (p. 4). Ao considerar que o trabalho com os adolescentes dentro da instituição é apenas assistencial e cumprem as normas, demonstram certa alienação quanto ao perfil e cada necessidade específica do adolescente.

Ter conhecimentos abrangentes reforça a atitude de norteador diante das adversidades, pois “o exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais” (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 68). Nesse contexto, a linguagem corporal determina a atitude frente a inúmeras situações que poderão repercutir de forma positiva ou negativa. Picazio (2010) ressalta que não se opta por um desejo; trata-se de um sentimento que vem desde a infância, percebido de forma natural, que é a “orientação sexual” (p. 37). O processo de socialização exige mudanças constantes, e a autopercepção o novo olhar é que vai decidir por novos caminhos.

5.3.2 Educadores

Verifica-se que somente um dos educadores possui conhecimento técnico sobre a orientação sexual. Enquanto cinco dos educadores dizem conscientizar e orientar os adolescentes para saída da instituição, dois acham que devem ter um acompanhamento especializado. Quatro dos educadores relatam não haver diferença entre homossexual e heterossexual. Três educadores apresentam opiniões distintas: um acredita ser um pecado, porém respeita; um relata que é necessário um acompanhamento profissional; um acredita que se deve à genética.

Cinco educadores encaminharam os adolescentes para cursos e palestras, enquanto dois acreditam que conversas e acolhimento é a melhor opção. Todos tomaram conhecimento da orientação sexual dos adolescentes através de reuniões e conversas na instituição. Apenas um educador teve experiência com um adolescente transexual; seis educadores não tiveram contato algum. Cinco educadores afirmam respeitar a opção dos adolescentes, ficando atentos para que eles não sofram abuso ou violência, e dois trabalham com a equipe profissional. Cinco participantes relataram sentir dificuldade em atender adolescentes frente à diversidade sexual, e dois afirmaram trabalhar normalmente com essa questão.

Todos são unânimes quanto à necessidade de profissionais especializados para treinar a equipe técnica, considerando que o pouco conhecimento que possuem não é suficiente para enfrentar e executar um trabalho com efetividade. Os cuidados são evidenciados nos relatos:

Nesse caso acho que não, não sei, trans gosta mais de um na vida, ah!! Teve sim, menino tem órgão sexual masculino gostaria e queria ser mulher, teve um e já saiu. (Diva)

Não tem diferença homo ou heterossexual, joga bola, videogame. Os meninos quando levantam, fazem tarefa. Onde trabalho, eu e a mulher, no banho cuidamos do horário deles. Legal a convivência com eles, pelo amor a eles. (Ivo)

A princípio não, simplesmente o que houve a questão da nossa surpresa, um menino de nove anos com vocabulário bem adultilizado, estava em outra instituição, a gente teve dificuldade para saber se presenciou ou tinha vivenciado algo. A psicóloga está trabalhando com ele, não conseguiu definir ainda. Isso para a gente é um pouco difícil, e aquilo que a gente ouviu também né? Por se tratar de instituição de acolhimento, a gente sabe que tem que ter supervisão durante o dia e vigília noturna. Então em que momento isso aconteceu, e como foi acontecer ainda estamos na expectativa da resposta. (Megui)

Deve reagir com respeito ao ser humano, não estou falando de outra raça, teve escolha de sua sexualidade. (Milu)

Fica claro que os educadores sociais carecem de informações sobre a sexualidade e orientação sexual, visto que seus relatos demonstram certa dificuldade em relação à diversidade sexual, referindo-se aos adolescentes como “estranhos” e não conseguindo especificar a orientação sexual. Nesse aspecto há certa dependência no psicólogo para confirmar a orientação dos adolescentes e assim poder seguir seu trabalho com segurança.

A discriminação que se apresenta na instituição demonstra a postura inadequada dos educadores frente à interação com os adolescentes no espaço de acolhimento. Assim, a homofobia “se constrói em torno de emoções, crenças, preconceitos, convicções, fantasmas, de condutas, atos, práticas, procedimentos, leis e de um dispositivo ideológico de teorias, mitos, doutrinas, argumentos de autoridade” (BORRILO, 2010, p. 35).

Os conceitos que a sociedade atribui à identidade sexual são o produto da heteronormatividade, sendo que no “entrecruzamento das relações sociais de trabalho, classe e sexo, situa-se no núcleo da questão da identidade social, positivamente ou negativamente classificada” (GUIMARÃES, 2004, p. 21). Entende-se que o posicionamento frente à educação depende dos valores adquiridos, bem como dos referenciais de políticas públicas. As informações em relação à violência são preocupantes: “em relação à identidade de gênero, a falta de um entendimento amplo verifica-se ainda mais problemática que sobre a orientação sexual, considerando o elevado índice de não informação (82,98%)” (BRASIL, 2012, p. 24).

Tais dados são atribuídos à falta de conscientização da diversidade entre os seres humanos, pela violação dos seus direitos.

5.4 NÚCLEO IV: NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO: DEMANDAS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS

5.4.1 Gestores

Os gestores reconhecem a necessidade de aprofundar a temática da sexualidade e da orientação sexual, tanto para os meninos quanto para as equipes técnicas e de educadores sociais. Reconhecem que o assunto vai além da legislação e da questão religiosa. Entendem a liberdade que os meninos com diferentes orientações sexuais devem ter frente às suas “opções”, criticando a sociedade discriminatória.

Um gestor manifesta-se favorável à constituição familiar entre pessoas do mesmo sexo, adiantando possíveis superações de problemas discriminatórios para os adolescentes com orientação diferente do modelo heteronormativo. Um dos gestores também ressalta que a educação é um processo longo para toda a vida e exige conscientização. Sugere o trabalho em rede e reafirma que as necessidades das crianças e dos adolescentes de uma família, de cuidado, independente se os pais acolhedores constituem um casal hetero ou homossexual.

Educadores e gestores também problematizam o preparo para a desinstitucionalização, ou seja, para que a saída aos 18 anos não traga angústias, desconfortos e desestabilização. No entanto, apesar da perspectiva de acolhimento e respeito à diversidade sexual, o discurso religioso ainda dá o tom dos encaminhamentos.

Hoje existe muito pouco trabalho e se existe pouco trabalho existe pouco interesse mesmo, que realmente trabalhem com crianças e adolescentes, que traz possível essa orientação sexual. A gente não tem que criar mecanismo de preconceito na instituição. Falo vamos criar uma instituição para atender esse público. Não, porque sei que uma instituição para trabalhar com este grupo como vão fazer com eles lá numa empresa, fábrica quando tiver que trabalhar, em fim. A gente tem que trabalhar com eles instrumentalizar a nossa equipe técnica, os educadores que estão diretamente trabalhando com eles, de forma a atender essa especificidade desse adolescente. Como disse, existe poucas instituições de pouco interesse de trabalhar com público assim, mas acho as poucas instituições que tem deve trabalhar de uma forma homogenia esse adolescente. Inserir no meio dos outros adolescentes trabalhar com ele, saber conversar pacificamente, dentro de uma instituição com outros amigos, respeitando ele vai conseguir adquirir respeito em qualquer outro lugar que ele conviva do lado de fora da instituição. Acho que a gente deve ter mais pessoas. Os adolescentes institucionalizados são resultados daquilo, de nós educadores, da direção, da equipe que fazemos deles. Se forem preconceituosos é porque muitas vezes nós estamos permitindo ou formando pessoas assim. Mas a gente, cria uma instituição sem preconceito, que saiba aceitar as diversidades. Para mim isso é um resultado de um trabalho de equipe de pessoas comprometidas com essa diversidade. (Marco)

Eu como educador, trago quatro lições de vida que são meus princípios, é a aquilo que tento aprender constantemente na vida, quatro ferramentas pedagógicas e um eterno aprendizado, quatro ferramentas do gestor anterior: 1º) acolher, 2º) ouvir, 3º) cuidar, 4º) transformar. Todo profissional que está aqui, trago para eles este conhecimento com essas quatro ferramentas e explico que é para a vida particular também, não só aqui, mas para a vida. No princípio quando as aprendi, eu não consegui entender muito bem, mas quando percebi que essas quatro ferramentas eram de extrema importância para o meu papel como educador. Eu como ser humano, como cidadão, trabalhei a mim mesmo a todo instante e ainda trabalho com elas. Deixarei como mensagem se doar constantemente, como profissional e financeiramente. Pois ao se doar, há realização em tudo que fizer e o que realmente gosta. O resto vem consequente. (Lico)

Pessoalmente desde a infância e aos 18 anos de idade, hoje com 56 anos, acreditando em Deus, governador e preservador que cuida de todos nós com o propósito de contribuir com a sociedade se tornar melhor. Diante da diversidade, para conversar e harmonizar, viver pelo próprio criador, ele a fonte, nos dar a capacidade de lidar com a diversidade. (Tiana)

A institucionalização não é caracterizada apenas pelo abandono, mas é “simbolizada pela barreira a relação social com o mundo externo por proibições ou impossibilidades a saída, que muitas vezes estão incluídas no esquema físico, por exemplo: portas fechadas paredes e muros altos etc.” (CAMPOS, 1984, p. 19). Os profissionais da instituição devem ter formação e habilidade para lidar como os adolescentes.

É fundamental que os profissionais que se propõem a trabalhar em uma instituição utilizem seus sentidos como ferramenta de trabalho, com um olhar diferenciado; é preciso saber ouvir e compreender o que está se passando ao seu

redor, sentir a angústia de alguém que tem dificuldade de se expressar. Para tanto “o educador vê aquilo que conhece; se não conhece, não consegue ver. Por isso, a formação constante do educador vai aprimorar sua observação” (GULASSA, 2010, p. 74). Ao trilhar novos horizontes, a busca de novos conhecimentos fará a diferença na interação do espaço institucional.

A seguir são apresentados os quadros com as respostas dos gestores e educadores.

O QUADRO 6 mostra as respostas dos gestores, enfatizando características em comum e também o diferencial entre elas. Para melhor localização as perguntas são numeradas por ordem (P1, P2, P3, etc.).

O QUADRO 7 apresenta a opinião dos educadores em relação à experiência adquirida com adolescentes na instituição.

QUADRO 6 – GESTORES

Núcleos de significação	Características em comum	Características diferentes
Núcleo I Experiência profissional	<p>-2 afirmam que não há adolescentes na instituição com O.S, todos possuem dificuldades em lidar com este perfil. P5</p> <p>-2 se sentem bem, normal trabalhando com os adolescentes.</p> <p>-Todos podem permanecer na instituição até 18 anos. P7</p> <p>-2 gestores possuem conhecimentos básicos sobre as leis que protegem os adolescentes. P16</p>	<p>-1 acha que para trabalhar com adolescentes é um desafio. P6</p> <p>-1 gestor domina mais as leis, por estar integrado, em cursos, palestras e leituras. P16</p>
Núcleo II Dimensão do cuidado	<p>- Todos não possuem conhecimentos técnicos sobre O.S. P8</p> <p>-Todos oferecem suporte na forma de acolhimento e compreensão. P9</p> <p>- 2 gestores são indiferentes quanto a orientação sexual dentro da instituição, orientam como os heterossexuais, normalmente P10.</p> <p>-2 gestores acreditam no preparo do adolescente dentro da instituição, de forma que se torne uma pessoa segura, com valores morais, assim poderá enfrentar os obstáculos sem grandes consequências. P11</p> <p>-2 gestores não enfrentaram dificuldades frente à diversidade sexual. P17</p> <p>-Para melhorar a gestão, os gestores, acham que a capacitação é o melhor caminho. P18</p> <p>-Todos são unânimes, fazer reuniões constantes para diálogos. P20</p>	<p>-1 possui adolescentes na instituição com O.S. P5</p> <p>-1 sente que a maior preocupação é quando o adolescente sair da instituição e ter que enfrentar a sociedade. P10</p> <p>-1 gestor opina que o adolescente necessita de uma ajuda profissional, como psicólogo e suporte junto da equipe multiprofissional. P11</p> <p>-1 gestor encaminha para república por um atendimento adequado. P 15</p>
Núcleo III Sexualidade e orientação sexual	<p>- Nenhum possui conhecimento técnico sobre O.S. P8</p> <p>-Todos oferecem suporte na forma de acolhimento e compreensão. P9</p> <p>- 2 gestores são indiferentes a orientação sexual dentro da instituição orienta como os heterossexuais, normalmente. P10</p> <p>-2 gestores, acreditam no preparo do adolescente dentro da instituição, de forma que se torne uma pessoa segura, com valores morais, poderá enfrentar os obstáculos sem grandes consequências. P11</p> <p>-Todos são da opinião, de que apesar de perceber através do comportamento, na fala, trejeitos, os gestores abrem um diálogo com maiores esclarecimentos, para sentir este adolescente e poder orientá-lo da melhor forma, assim possa se adequar as normas da instituição. P12</p> <p>-2 não vivenciaram um caso de transexualidade na instituição. P13</p> <p>14-----</p> <p>-2 gestores trabalham com a diversidade sexual de formal, normal. P15</p> <p>-2 gestores não enfrentaram dificuldades frente à diversidade sexual. P17</p> <p>-Para melhorar a gestão, os gestores, acham que a capacitação é o melhor caminho. P18</p> <p>-2 gestores dizem ter sofrido discriminação dentro e fora da instituição. P19</p>	<p>-1 gestor possui mais experiência no convívio com transexual. P13</p> <p>-1 gestor, afirma que houve dificuldade frente a diversidade sexual devido a incompreensão e o desconhecimento de alguns educadores .P17</p> <p>-1 gestor, acredita que deve haver equilíbrio entre a sociedade e os homossexuais, tanto um como o outro devem se respeitar. P18</p> <p>-1 gestor não sofreu discriminação. P19</p>
Núcleo IV Demandas pessoais e institucionais	<p>-Para todos os gestores, a solução é encontrar alternativas, como fé divina, doar-se, capacitação da equipe e conscientização de outras instituições, com o intuito de troca de conhecimentos, se engajarem mais no assunto. P21</p>	

FONTE: a autora (2015).

QUADRO 7 – SÍNTESE DOS INDICADORES COM EDUCADORES

(início)

Núcleos de significação	Características em comum	Características diferentes
Núcleo I Experiência profissional	<ul style="list-style-type: none"> - 5 do sexo fem. - 5 educadores possuem Ensino médio. P1 - 4 educadores com mais de 7 anos na instituição. P2 - Todos possuem experiência com adolescentes. P4 - 4 educadores se sentem tranquilos em trabalhar com adolescentes em situação de risco. P6 - Todos responderam que os meninos podem permanecer na instituição até 18 anos. P7 - 5 conhecem as leis de forma superficial. P16 	<ul style="list-style-type: none"> - 5 do sexo Fem. - 5 têm Ensino Médio. P1 - 3 têm menos de 1 ano na instituição. P2 - Variedade de números de adolescentes abrigados, de 10 a 35 meninos. P3 - 4 educadores se sentem tranquilos em trabalhar com adolescentes em situação de risco. P6 - 5 conhecem as leis de forma superficial. P16
Núcleo II Dimensão do cuidado	<ul style="list-style-type: none"> - 4 não têm conhecimento se existiu um adolescente com Orientação Sexual na instituição. P5 - 6 não possuem conhecimento técnico sobre a Orientação Sexual. P8 - 5 devem conscientizar os meninos e prepará-los, com orientação e respeito, para quando saírem da instituição. P9 - 4 acham que não tem diferença nenhuma homossexual ou heterossexual. P10 - 5 encaminhariam para cursos e palestras. P11 - 5 respeitam a opção dos adolescentes, porém, ficam atentos para não sofrerem abuso ou violência. P15 - A opinião de todos é trazer conhecimentos de profissionais especializados, treinar a equipe técnica e todos os envolvidos na instituição. P18 - 5 não sofreram discriminação em função da diversidade sexual. P19 - 5 não tiveram casos de discriminação. P20 	<ul style="list-style-type: none"> - 1 educador possui mais conhecimento sobre a O.S. P8 - 3 possuem conhecimento de existir um adolescente com orientação sexual na instituição. P5 - 2 opinam que os adolescentes devem ser acompanhados por especialista na área. P9 - 1 opina de que é pecado, porém respeita. P10 - 1 diz que é necessário um acompanhamento profissional. P10 - 1 acredita que se deve à genética. P10 - 2 acham que conversas e acolhimento, é a melhor opção. P11 - 2 trabalham junto à equipe técnica. P15 - 1 teve muita dificuldade em entender o adolescente transexual e trabalhar com ele. P14 - 2 não tiveram dificuldades em atender adolescentes frente à diversidade sexual. P17 - 2 orientaram os adolescentes a ignorar a discriminação. P20

(conclusão)

Núcleos de significação	Características em comum	Características diferentes
Núcleo III Sexualidade e orientação sexual	<ul style="list-style-type: none"> - 6 não possuem conhecimento técnico, sobre a orientação Sexual. P8 - 5 conscientizar os meninos e prepará-los, com orientação e respeito, para quando saírem da instituição. P9 - 4 acham que não tem diferença nenhuma a homossexuais e heterossexuais. P10 - 5 encaminhariam para cursos e palestras. P11 - 7 tomaram conhecimento da orientação sexual dos meninos, através de reuniões e conversas. P12 - 6 não tiveram contato com transexual. P13 - 5 respeitam a opção dos adolescentes, porém, ficam atentos para não sofrerem abuso, ou violência. P15 - 5 tiveram dificuldade em atender adolescentes frente à diversidade sexual. P17 - A opinião de todos é trazer conhecimentos de profissionais especializados, treinarem a equipe técnica e todos os envolvidos na instituição. P18 - 5 não sofreram discriminação em função da diversidade sexual. P19 	<ul style="list-style-type: none"> - 1 educador possui mais conhecimento sobre a O.S. P8 - 2 opinam de que, os adolescentes devem ser acompanhados por especialista na área. P9 - 1 opina que é pecado, porém respeita. P10 - 1 diz que é necessário um acompanhamento profissional. P10 - 1 acredita devido a genética. P10 - 2 acham que conversas e acolhimento, é a melhor opção. P11 - 1 teve experiência com transexual. P13 - 1 teve muita dificuldade em entender, o adolescente transexual e trabalhar com ele. P14 - 2 trabalham junto à equipe técnica. P15 - 2 não tiveram dificuldades em atender adolescentes frente à diversidade sexual. P17 - 2 sofreram discriminação em relação à diversidade sexual. P19
Núcleo IV Demandas pessoais e institucionais	<ul style="list-style-type: none"> - A opinião de todos é trazer conhecimentos de profissionais especializados, treinar a equipe técnica e todos os envolvidos na instituição. P18 - 5 necessitam de informações de profissionais especializados e trabalhar em rede. P21 	<ul style="list-style-type: none"> - 2 acreditam que os adolescentes precisam de uma família biológica ou substituta. P21

FONTE: a autora (2015).

5.4.2 Educadores

Cinco dos educadores participantes relatam trabalhar em rede e ter necessidade de informações por meio de profissionais especializados, porém dois educadores afirmam que os adolescentes precisam de uma família biológica ou substituta para melhor orientá-los. Todos disseram que o ideal seria trazer

informações de profissionais especializados na área, para capacitar a equipe técnica e todos os envolvidos na instituição:

Foi bem clara, bem pontual sobre meninos e instituições. Em relação a projetos e sugestões, acredito que isso não só eu, como demais pessoas aqui trabalham. Nós precisamos nos aperfeiçoar em relação ao tema e estar um pouco mais abertos a isso, também trazer pessoas para uma orientação mais efetiva, não simplesmente legislação. Não só para os meninos, para nós também profissionais, que a gente não fique apenas no senso comum. (Megui)

Hoje existe muito pouco trabalho e se existe pouco trabalho existe pouco interesse mesmo, que realmente trabalhem com crianças e adolescentes, que traz possível essa orientação sexual. A gente não tem que criar mecanismo de preconceito na instituição. Falo, vamos criar uma instituição para atender esse público, não porque sei que uma instituição para trabalhar com este grupo e como vai fazer com eles lá numa empresa, fábrica, quando tiver que trabalhar enfim. A gente tem que trabalhar com eles e instrumentalizar a nossa equipe técnica, os educadores que estão diretamente trabalhando com eles, de forma a atender essa especificidade desse adolescente. Como disse, existem poucas instituições de pouco interesse de trabalhar com público assim, mas acho que as poucas instituições que tem devem trabalhar de uma forma homogenia esse adolescente. Inserir no meio dos outros adolescentes e trabalhar com ele, saber conversar pacificamente. Dentro de uma instituição com outros amigos, respeitando ele vai conseguir adquirir respeito em qualquer outro lugar, que ele conviva do lado de fora da instituição. Acho que a gente deve ter mais pessoas. Os adolescentes institucionalizados são resultados daquilo, de nós educadores, da direção, da equipe que fazemos deles. Se forem preconceituosos é porque muitas vezes nós estamos permitindo ou formando pessoas assim. Mas a gente cria uma instituição sem preconceito, que saiba aceitar as diversidades. Para mim isso é um resultado de um trabalho de equipe de pessoas comprometidas com essa diversidade. (Marco)

Acho é correto o que você está fazendo, porque normalmente eu pelo menos nunca tinha participado de uma entrevista assim, em relação aos homossexuais, dos adolescentes, e com certeza bastante meninos que sofrem com isso, e não tem como você separar homossexuais dos meninos que não são, seria uma discriminação. Tem que tratar junto né, tem que tratar com respeito é bacana alguém com visão boa para poder de repente orientar, a gente fica com que aprendeu, apesar de fora alguns estão mudando isso. Para você bem íntimo falar isso. Se morar com meninas corre o risco muito grande, e vivendo só com meninos surge à curiosidade. Não sei como, é complicado tem que ter jogo de cintura né para lidar com a situação. (Susi)

É importante entender que os educadores estão em uma situação complexa, por terem assumido uma responsabilidade da qual não são capazes de dar conta; apesar de seu esforço e empenho em proporcionar aos adolescentes proteção e o bem-estar, isso não substitui o conhecimento técnico. Nesse sentido, verifica-se que estão lidando com seres humanos e que necessitam de conhecimento específico para poder orientar e ajudar na organização de um futuro próspero. Dependendo de

como a orientação é direcionada, obter-se-á resultados positivos ou negativos que influenciarão a vida desses adolescentes.

Mais uma vez é percebida a falha na capacitação dos educadores; considerando que a instituição possui a finalidade de receber todo e qualquer adolescente, independentemente de raça, cor e gênero, o aperfeiçoamento deve ser constante, pois o preparo dos seus funcionários e equipe técnica é a razão do sucesso. É necessário replicar conhecimentos e trabalhar em rede, para que a instituição sempre esteja atualizada e possa executar seu trabalho com segurança.

A conscientização dos educadores em solicitar ajuda demonstra a preocupação em fazer o melhor para o desenvolvimento dos adolescentes, pois a questão dos direitos humanos “em nosso país permanece sendo vista como algo subversivo e transgressor. Nas últimas décadas as classes sociais têm feito o uso intenso dos Direitos humanos como instrumento de transformação” (RABENHORS, 2008, p. 19). A criança tem seus direitos protegidos por lei, em qualquer situação: “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais” (UNICEF, 1990, p. 6).

A finalidade das entidades públicas ou privadas é promover a proteção das crianças e os adolescentes, bem como trabalhar no resgate das famílias de origem. No que concerne à instituição familiar, é o universo onde o ser humano se reproduz e sociabiliza, “mediante a qual normas, valores e representações que organizam e dão sentido à vida social são transmitidos aos filhos” (ROMANELLI, 2002, p. 118). No convívio familiar é que se aprende com as adversidades; são experiências que poderão auxiliar a vencer os obstáculos que a vida oferece.

Além das políticas públicas, a equipe envolvida na instituição possui forte influência no processo de transformação das crianças e dos adolescentes. Não basta ter formação técnica para impor regras pré-estabelecidas; deve-se abordar o acolhimento no contexto geral. O entendimento acontece quando ambas partes compartilham o mesmo desejo e a conquista se inicia pela proximidade, implicando o respeito à idade, gênero, nível social, cultural e econômico.

O desenvolvimento humano é complexo e exige muito empenho e esforço; a aceitação é um grande passo para que ocorram mudanças, pois cada um possui sua individualidade e seu próprio tempo para obter resultados efetivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi entender como gestores e educadores tratam a questão da orientação sexual dentro das instituições de acolhimentos para meninos com vulnerabilidade social e vítimas do abandono familiar. Nesse sentido, o estudo se propôs a verificar quais os procedimentos e cuidados utilizados ao longo dos anos pelas instituições, assim como conhecer a postura frente à interação com os adolescentes e as habilidades no cuidado, e também fatores que envolvem melhor cumprimento dos cuidados no cotidiano dos adolescentes; por fim, pretendeu-se avaliar as habilidades frente à diversidade sexual pelos educadores e gestores sociais.

A pesquisa mostrou o despreparo dos gestores e educadores sociais no acolhimento de adolescentes frente à diversidade sexual. Isso se deve à ausência de informações sobre os aspectos que envolvem a sexualidade, em especial à orientação sexual e às questões da transexualidade, bem como ao viés religioso e ao modelo heteronormativo que rege as normas de criação e funcionamento das instituições de acolhimento.

As três instituições que foram campo de pesquisa realizam o acolhimento exclusivo de adolescentes. Não foram estudadas instituições femininas e/ou mistas. O critério biológico (meninos e meninas) tende a um direcionamento cultural de funcionamento que despreza, por exemplo, as identidades de gênero que na atualidade permeiam os comportamentos sociais e sexuais.

Entretanto, apesar das fragilidades e dificuldades apontadas, cabe ressaltar que o compromisso dos gestores e educadores sociais com a adolescência dá o tom de superação dos desafios que a temática da diversidade sexual exige, por sua complexidade. Até mesmo o reconhecimento da inabilidade e impotência na resolução das dificuldades, resultando em transferência de adolescentes meninos ou busca de apoio de equipes profissionais especializadas, acaba por caracterizar uma forma de redução de danos, frente às inúmeras violações de direitos às quais são submetidos os adolescentes meninos quanto à sua orientação sexual.

O contexto estudado tem como norma de relacionamento e de constituição de famílias os padrões heteronormativos. Indica-se, assim, a necessidade de que adolescentes homossexuais, travestis e/ou transgêneros, quando em instituições de acolhimento para adolescentes meninos, adotem comportamentos, vestuário e

atitudes marcadamente “masculinas” para evitar agressões, xingamentos, abusos sexuais e até mesmo a culpabilização pela intolerância, desrespeito e discriminação sofridos. A maneira mais eficaz é educar, orientar e monitorar os comportamentos de agressão e manifestação homofóbica por parte dos adolescentes que se identificam como heterossexuais.

As inúmeras manifestações dos gestores e educadores em nome do bom senso, da compreensão e das tentativas de respeito, de tratar os adolescentes homossexuais “como se fossem normais”, sem diferença dos heterossexuais, escondem a invisibilidade que procuram dar ao fato – como se, “não vendo, não aparecendo”, o problema (para eles) deixasse de existir. Destaca-se, nesse sentido, as intencionais e necessárias manifestações de afeto, carinho e preocupação com a superação e preparação para a vida futura após a saída da instituição.

Em vista dos aspectos observados é imprescindível que os educadores, gestores e a equipe multiprofissional se conscientizem da importância de capacitação pois, apesar do acolhimento afetivo, ainda assim há a necessidade de informação e formação sobre o assunto. A urgência se faz devido à convivência com adolescentes não heteronormativos. Um trabalho diferenciado influenciará o desenvolvimento com outros meninos no mesmo espaço, possibilitando que sejam compreendidos e integrados da melhor forma possível.

Apenas a formação não é o suficiente; as parcerias em rede proporcionaram a troca de experiência com outras instituições e profissionais capacitados. Nesse contexto, o envolvimento da família e comunidade fornece um suporte a mais para um direcionamento na educação e o futuro dos adolescentes com orientação sexual homossexual. A sociedade ainda não está preparada para as mudanças; apesar do avanço, ainda existe discriminação em todos os aspectos. O que mais se percebe é a discriminação homofóbica contra os homossexuais, os quais constantemente são agredidos e assassinados pela condição que se encontram.

Essa é uma discussão importante e emergente que precisa ser trazida para os espaços das políticas públicas, a fim de se garantir o exercício da identidade social e sexual de adolescentes, oportunizando o acesso a todos os bens e direitos a que têm garantia pela constituição federal e pela declaração universal dos direitos humanos.

O maior desafio dos adolescentes institucionalizados é enfrentar a vida em sociedade, pois não se encontram preparados pela falta de estrutura profissional e

emocional. Por mais que tenham recebido carinho e dedicação na instituição, isso não é o suficiente para suprir o vazio do abandono e a rejeição da família. Nesse aspecto, o resgate dos laços familiares fará grande diferença na vida de uma criança ou adolescente, recarregando a energia necessária para se autoconstruir.

Qualquer pessoa que se disponha a assumir o papel de pai ou mãe, na falta de pais biológicos, transmitirá afeto e apoio para que a crianças ou adolescente se desenvolva com maior segurança. A função da escola é proporcionar um caminho para construção de um sujeito biopsicossocial dentro dos valores morais, sociais e éticos.

O padrão de educação de meninos e meninas, às vezes foge às normas pré-estabelecidas pela heterossexualidade. O professor encontra dificuldades diante da diversidade sexual, pois não está preparado para lidar com uma situação nova como a homossexualidade. Mesmo tendo havido avanços nas leis relacionadas às pessoas LGBT, ainda assim a homofobia se encontra em grande proporção entre as pessoas.

Há muito o que fazer para que aconteçam mudanças efetivas. O fator importante não é somente a desinformação, mas o preconceito que existe veladamente através dos comportamentos negativos e do radicalismo de um homicídio. O ser humano tem muito que aprender com seus próprios erros.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Manual de comunicação LGBT**: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Curitiba: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L.B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sex, Salud Soc. (Rio J.)**, n.13, p. 69-82, abr. 2013.

ALVES, J. A. O planejamento de pesquisas qualitativas em Educação. **Cad. Pesq.**, São Paulo, v. 77, p. 53-61, mai. 1991.

ÂMBITO JURÍDICO. **Enciclopédia Jurídica, 2008a**. Disponível em: <www.ambito-juridico.com.br/site/?N_link=enciclopedia_detalhes&id>.

ÂMBITO JURÍDICO. **Homossexual tem Direito de se Casar no Brasil**. 31 de maio de 2008b. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-53/homossexual-tem-direito-de-se-casar-no-brasil/>>.

BACELAR, C. **No Brasil, homofobia matou ao menos 216 em 2014**. Portal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/no-brasil-homofobia-matou-ao-menos-216-em-2014-14087682>>.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BECKER, D. **O que é adolescência**. São Paulo: Brasileira, 1987.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOCK, A. M. B. Adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e professores. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 11, n. 1, 2007.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano. Compaixão pela terra.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BONDARUK, R. L. **O Império das casas abandonadas: crianças e adolescentes “de rua” e a polícia.** Curitiba: Universitária Champagnat, 2005.

BORRILLO, D. **Homofobia – história crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Participação social.** s/d. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Projeto Somos: desenvolvimento organizacional, advocacy e intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH.** n. 65. Brasília-DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 1990. p. 13563.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Parâmetros para a formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE.** Brasília: CONANDA, 2006b.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 25 nov. 2009. Seção 1.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil 2012.** Brasília, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Corde, 1990.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano:** tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLIGARIS, C. **A adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2000.

CALIMAN, G. Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação – UNISAL**, Americana, a. XII, n. 23, p. 341-368, 2010.

CAMARGO; E. A. I.; FERRARI, R. A. P. Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n. 3, p. 937-946, 2009.

CAMPOS, A. V. D. S. **O menor institucionalizado:** um desafio para a sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia do Adolescente.** Petrópolis: Vozes, 1984.

CAPANEMA, C. A.; VORCARO, A. Modalidades do ato na particularidade da adolescência. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XV, n. 1, p. 151-163, 2012.

CARR-GREGG, M. **Criando adolescentes.** São Paulo: Fundamento, 2003.

CARVALHO, M. C. B. **Trabalhando Abrigos.** Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, CBIA. Ministério da Ação Social. São Paulo: Forja, 1993.

CARVALHO, M. G. de; TORTATO, C. de S. B. Gênero: considerações sobre o conceito. In: LUZ, N. S. da; CARVALHO, M. G. de; CASAGRANDE, L. S. (Orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade:** gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Editora UTFPR, 2009. p. 21-32.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 615-625, 2009.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução nº 001/99, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: CFP, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 489/2006, de 03 de junho de 2006**. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Brasília: CFESS, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 16 abr. 2014. Seção 1.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília, 2006.

COSTA, M. G. C. da. Direitos Humanos, considerações sobre fundamento e validade de um projeto político à luz do desenvolvimento. In: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. De F. G.; NÁDER, A. A. G. (Orgs.). **Direitos Humanos: capacitação de Educadores**. Vol. 1: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: UFBP, 2008. p. 57-66

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Assistência Social. **Acolhimento para crianças e adolescentes**. s/d. Disponível em: <
<https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/acolhimento-para-criancas-e-adolescentes/262>>

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Fundação de Ação Social (FAS). **Centros de Referência Especializados de Assistência Social**. s/d. Disponível em: <
<https://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=104>>

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

DAROS, M. S. **Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ONG**. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

INSTITUTO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS (DDH). Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/instituto-de-defensores-de-direitos-humanos-ddh-rio-de-janeiro/>>.

DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, mai./ago.2008.

DIREITOS HUMANOS NA INTERNET (DHNET). **Direitos humanos na Constituição Brasileira de 1998**: direito à livre orientação sexual. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/dh_constituicao_88.htm#15>.

DOLLE, J. M. **Para compreender Jean Piaget**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ERIKSON, H. E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr./jun. 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FUNABEM). **Os enjeitados do rei, a roda dos expostos e a FUNABEM de hoje**. Ministério da Previdência e Assistência Social, Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1984.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os direitos da criança**, 1990. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>.

GAARDER, J. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

GOMES, P. B. (Org.) **Vínculos amorosos contemporâneos**: Psicodinâmica das novas estruturas familiares. São Paulo: Callis, 2003.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez, 2005.

GROSSMAN, E. **Adolescência através dos tempos. Adolescência Latino Americana**, v. 1, n. 2, p. 68-74, 1998.

GUIMARÃES, C. D. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GUIMARÃES, R. M.; ROMANELLI, G. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 117-126, jul./dez. 2002.

GUIMARÃES, H. P.; AVEZUM, A. O impacto da espiritualidade na saúde física. **Rev. Psiq. Clín.**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 88-94, 2007.

GULASSA, M. L. C. R. (Org.). **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA, Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

JUSBRASIL. **Superior Tribunal de Justiça STJ**. Recurso Especial: REsp 238715 RS 1999/0104282-8. 07 de março de 2006. Disponível em: <
<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/35363/recurso-especial-resp-238715>>.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, E. M.; MACHADO, L. M. O campo de trabalho do educador social escolar e não escolar na organização da pedagogia social no Brasil. **Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, v. 25, 2011.

MARTY, F. Adolescência, violência e sociedade. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, K. M. C.; MARIZ, C. L. Toca de Assis em crise: Uma análise dos discursos dos que permaneceram na comunidade. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 141-173, 2013.

MENEZES, A. B.; BRITO R. C. S.; HENRIQUE, A. L. Relação entre Gênero e Orientação Sexual a partir da perspectiva evolucionista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 245-252, abr./jun 2010.

MILANI, F. Adolescência: um fenômeno sociocultural. **Presente! Revista de Educação**, Salvador, ano XV, n. 4, p. 5-11, set./nov. 2007.

MINUCHIN, S. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MORO, C.; RUGGI, L. O.; MACHADO, E. M.; SILVA, P. V. B.; FLORIANO, V. (Orgs.). **Escola que protege no Paraná**: ampliando laços, consolidando vínculos. Curitiba: Setor de Educação e Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2012.

MOTT, L. **O jovem homossexual**: noções básicas de direitos humanos para professores, profissionais de saúde e para jovens homossexuais e seus familiares. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.

MUUSS, R. E. **Teorias da adolescência**. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, ago. 2012.

NÉRICI, I. G. **Adolescência**: o drama de uma idade, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

OLIVEIRA, P. A.; SCIVOLETTO, S.; CUNHA, P. J. Estudos neuropsicológicos e de neuroimagem associados ao estresse emocional na infância e adolescência. **Rev. Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 37, n. 6, 2010.

OLIVEIRA, V. B.; BOSSA, N. A. **Avaliação psicopedagógica do adolescente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar**: família, filhos e desafios. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_universal_direitos_humanos.pdf>.

OSÓRIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PACHER, M. E. **Análise da política de tutela estatal de crianças e adolescentes no estado de Santa Catarina**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005.

PADRINHO NOTA 10. **Orfanatos e abrigos em Curitiba**. s/d. Disponível em: <<http://www.padrinhonota10.com.br/default.asp?Pag=1&Destino=Instituicoes&Estado=PR&Cidade=Curitiba>>

PANZINI, R. G.; ROCHA, N. S. da; BANDEIRA, D. R.; FLECK, M. P. de A. Qualidade de vida e Espiritualidade. **Rev. Psiq. Clín.**, São Paulo, n. 34, supl. 1, p. 105-115, 2007.

PEQUENO, M. O sujeito dos Direitos Humanos. In: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. De F. G.; NÁDER, A. A. G. (Orgs.). **Direitos Humanos: capacitação de Educadores**. Vol. 1: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: UFBP, 2008. p. 29-34.

PEREIRA, A. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011.

PEREIRA, M. **Gestão para Organizações não Governamentais**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013.

PIAGET, J. **A Linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PICAZIO, C. **Uma outra verdade**. São Paulo: Edições GLS, 2010.

PRIORE, M. D. **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RABENHORST, E. R. O que são Direitos Humanos? In: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. De F. G.; NÁDER, A. A. G. (Orgs.). **Direitos Humanos: capacitação de Educadores**. Vol. 1: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: UFBP, 2008. p. 13-22.

RIBEIRO, I. R. **TV no armário: a identidade gay nos programas de telejornais brasileiros**. São Paulo: GLS, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, I. A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX. **Revista Contemporânea ed Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 8-25, 2009.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004

ROSA, R.; BOING, A. F.; SCHRAIBER, L. B.; COELHO, E. B. S. Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da área da saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 32, jan./mar. 2010.

ROSELLI-CRUZ, A. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão. Seu uso na educação sexual escolar. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 73-85, jan./abr. 2011.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 407-415, jul./set. 2010.

SILVA, R. **Os filhos do Governo**. São Paulo: Ática, 1997.

SILVA, G. H. Educador social: uma identidade a caminho da profissionalização? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 479-493, set./dez. 2009.

SOUZA, E. R. de; LIMA, M. L. C. de. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1211-1222, jan. 2006.

SOARES, M.; FEIJÓ, M. R.; VALERIO, N. I.; SIQUIERI, C. L. S. M.; PINTO, M. J. C. O apoio da rede social a transexuais femininas, **Paidéia**, São José do Rio Preto, v. 21, n. 48, p. 83-92, 2011.

TIBA, I. **Puberdade e adolescência: desenvolvimento biopsicossocial**. São Paulo: Ágora, 1986.

TRIVINOS, A. N. S. I. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, L. N. D.; SELIG, G. A.; BERNARDI, M. G.; SALVADOR, A. P. V. Continuidade dos estilos parentais através das gerações. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, p. 407-414, 2006.

WILKINSON, P. H. **O livro ilustrado das religiões**: o fascinante universo das crenças e doutrinas que acompanham o homem através dos tempos. São Paulo: Publifolha, 2000.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 2009

ZENAIDE. M.N.T. et al. **Direitos Humanos: Capacitação de Educadores**. V.1: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: UFBP, 2008.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O EDUCADOR SOCIAL

Entrevistadora: Protocolo: Data: ____ / ____ / ____	Idade: Sexo: Escolaridade: Local da entrevista:
<p>1- Fale um pouco sobre si, de sua formação e experiência.</p> <p>2- Há quanto tempo o Sr.(a) trabalha na instituição?</p> <p>3- Quantos meninos são abrigados e qual a faixa etária atendida?</p> <p>4- Já trabalhou com adolescentes abrigados antes?</p> <p>5- Existe na Instituição algum menino com orientação sexual que não seja heterossexual e se existe/existiu como a instituição trata essa questão?</p> <p>6- Como o Sr.(a) se sente trabalhando no espaço que é só para meninos em situação de risco?</p> <p>7- Até que idade eles podem permanecer na instituição de acolhimento?</p> <p>8- O Sr.(a) possui conhecimento técnico sobre orientação sexual homossexual?</p> <p>9- Qual sua atitude em relação ao acompanhamento dos adolescentes com orientação sexual homossexual e heterossexual?</p> <p>10- Qual a sua concepção em relação aos meninos com orientação sexual homossexual?</p> <p>11- Em que o Sr.(a) poderia contribuir para o bom desenvolvimento intelectual e afetivo dos adolescentes frente as adversidades?</p> <p>12- Como a instituição ou o Sr.(a) tomaram conhecimento da orientação sexual do(s) menino(s)?</p> <p>13- Além da orientação sexual, a instituição já teve acolhido algum(ns) menino(s) transexual?</p> <p>14- Em caso afirmativo, como a instituição e o Sr.(a) lidaram com a questão?</p> <p>15- Que cuidados a instituição e o Sr.(a) procuram ter com os meninos frente à diversidade sexual?</p> <p>16- O Sr.(a) possui conhecimento sobre as leis que protegem os adolescentes de maneira geral?</p> <p>17- O Sr.(a) e/ou a instituição já tiveram alguma dificuldade no atendimento de adolescentes frente a diversidade sexual?</p> <p>18- Que sugestões o Sr.(a) pode propor para melhorar a gestão do cuidado de meninos frente a diversidade sexual?</p> <p>19- O(s) adolescente(s) acolhido(s) e/ou a instituição sofreu algum tipo de discriminação em função da diversidade sexual do(s) menino(s)?</p> <p>20- Em caso afirmativo, como agiram ou atuaram?</p> <p>21- Quer comentar alguma coisa mais que não lhe foi perguntada?</p>	Respostas

APÊNDICE B -ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O GESTOR SOCIAL

Entrevistadora: Protocolo: Data: ____ / ____ / ____	Idade: Sexo: Escolaridade: Local da entrevista:
<p>1- Fale um pouco sobre si, de sua formação e experiência.</p> <p>2- Há quanto tempo o Sr.(a) trabalha na instituição?</p> <p>3- Quantos meninos são abrigados e qual a faixa etária atendida?</p> <p>4- Já trabalhou com adolescentes abrigados antes?</p> <p>5- Existe na Instituição algum menino com orientação sexual que não seja heterossexual e se existe/existiu como a instituição trata essa questão?</p> <p>6- Como o Sr.(a) se sente trabalhando no espaço que é só para meninos em situação de risco?</p> <p>7- Até que idade eles podem permanecer na instituição de acolhimento?</p> <p>8-O Sr.(a) possui conhecimento técnico sobre orientação sexual homossexual?</p> <p>9-Qual sua atitude em relação ao acompanhamento dos adolescentes com orientação sexual homossexual e heterossexual?</p> <p>10-Qual a sua concepção em relação aos meninos com orientação sexual homossexual?</p> <p>11- Em que o Sr.(a) poderia contribuir para o bom desenvolvimento intelectual e afetivo dos adolescentes frente as adversidades?</p> <p>12- Como a instituição ou o Sr.(a) tomaram conhecimento da orientação sexual do(s) menino(s)?</p> <p>13- Além da orientação sexual, a instituição já teve acolhido algum(ns) menino(s) transexual?</p> <p>14- Em caso afirmativo, como a instituição e o Sr.(a) lidaram com a questão?</p> <p>15- Que cuidados a instituição e o Sr.(a) procuram ter com os meninos frente à diversidade sexual?</p> <p>16- O Sr.(a) possui conhecimento sobre as leis que protegem os adolescentes de maneira geral?</p> <p>17- O Sr.(a) e/ou a instituição já tiveram alguma dificuldade no atendimento de adolescentes frente a diversidade sexual?</p> <p>18- Que sugestões o Sr.(a) pode propor para melhorar a gestão do cuidado de meninos frente a diversidade sexual?</p> <p>19- O(s) adolescente(s) acolhido(s) e/ou a instituição sofreu algum tipo de discriminação em função da diversidade sexual do(s) menino(s)?</p> <p>20- Em caso afirmativo, como agiram ou atuaram?</p> <p>21- Quer comentar alguma coisa mais que não lhe foi perguntada?</p>	Respostas

APÊNDICE C – TESES DE DOUTORADO UFPR

INSTITUIÇÃO	AUTOR	ANO 2006 a 2014	TÍTULO	RESUMO
UFPR	Berenice Marie Ballande Romanelli	2013	O que é feito dos jovens? Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional	Compreender as condições e dinâmica de convivência, quando institucionalizados, e as perspectivas de vida e planos de futuro
UFPR	Jamil Cabral Sierra	2013	Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: o governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT	A relação que vem se estabelecendo, na atualidade, entre a ideia de diversidade sexual, e seus desdobramentos no campo da política, dos movimentos sociais e da educação
UFPR	Marlene Schüssler D'aroz	2013	A vez e a voz de mulheres-mães com filhos ou netos institucionalizados	Enfoca mulheres-mães em situação de vulnerabilidade e com filhos e ou netos institucionalizados
UFPR	Maurício Wisniewski	2014	Ambiente e corporeidade em adolescentes	Discussões que visam à investigação dos fatores pertinentes à relação existente entre ambiente, corporeidade e consumo alimentar, principalmente na população juvenil

APÊNDICE D – DISSERTAÇÕES DE MESTRADO UFPR

INSTITUIÇÃO	AUTOR	ANO 2005 a 2014	TÍTULO	RESUMO
UFPR	Carin Wagner Rauth	2006	Adolescentes Curitibaanos e a Recepção do Programa Pânico: um estudo de caso	Os constantes avanços tecnológicos e a forte presença dos meios de comunicação de massa nas sociedades ocidentais transformam cada vez mais a cultura de cada uma delas
UFPR	Cláudia Calderari Vianna	2006	As Violências Produzidas na Escola: As Contribuições de Hannah Arendt na Educação	As manifestações de violência presentes na prática educativa docente, na qual se evidencia não apenas a violência expressa na escola, mas a violência produzida pela escola
UFPR	Francis Madlener de Lima	2006	Um estudo sobre a homossexualidade no Universo Escolar: Um Estudo no Curso de Licenciatura de Educação Física	Análise dos discursos presentes nas falas do/s futuros/as professores e professoras de Educação Física no que tange a questão da diversidade sexual, mais especificamente a homossexualidade.
UFPR	0	2007	0	
UFPR	Josiane Becker de Oliveira Ramos	2008	A construção do gênero e da sexualidade na literatura infantil	Analisar a literatura infantil selecionada pelo MEC para a escola pública no ano de 2005, entendendo que as/os docentes têm utilizado inúmeros instrumentos para construir valores normativos sobre a sexualidade e os gêneros, sendo uma das ferramentas utilizadas a literatura infantil.
UFPR	Kátia Cristina Dias da Costa	2008	Discursos sobre Corpo e Sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física e de Orientação Sexual	Análise os Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual e Educação Física. Os PCN's são tidos como documentos importantes para a formação continuada de professores/as e agem na construção dos saberes escolares
UFPR	Marlene Schüssler D'Aroz	2008	Concepções de Cuidado Familiar na Visão de Adolescentes Abridados, das Suas Famílias e de Educadores de uma ONG	Conhecer como adolescentes abrigados, seus familiares e educadores percebem e compreendem o cuidado familiar
UFPR	Sheila Zimmermann de Moraes Torres	2008	Adolescências: diferentes contextos, diferentes histórias	A adolescência é vista como uma continuidade do desenvolvimento humano; entende-se que o repertório comportamental do adolescente é influenciado pelas suas histórias onto e filogenéticas, pelo ambiente e cultura em que vive

UFPR	Sidmar dos Santos Meurer	2008	Para Descanso do 'Espírito' e Proveito do 'Vigor Physico': O Processo de Institucionalização do Recreio no Currículo da Escola Primária Paranaense (1901 – 1924)	O presente trabalho analisa o processo de organização do ensino primário no Estado do Paraná a partir do início do século XX, na perspectiva de localizar a construção de um lugar sócio-cultural para a escola naquela sociedade paranaense
UFPR	Susana Inês Núñez Rodríguez	2008	Pensando Sobre Si Mesmos: O Que Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social Aprendem ao Enfrentar adversidades	Situações de risco social são cada vez mais comuns, e para muitas crianças e adolescentes essas situações não são fatos isolados, mas vivências diárias, que podem afetar seu desenvolvimento moral, físico, emocional e cognitivo
UFPR	Angela Maria Corso	2009	As representações do trabalho junto a professores que atuam no proeja: da representação moral do trabalho ao trabalho como autorealização	Foco analisar a categoria trabalho no âmbito do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA
UFPR	Evelize Cristina Citi Tavares	2009	Gênero e sexualidade na literatura infantil: mapeando resistências	São analisados, entre os livros infantis presentes nas escolas, aqueles que apresentam personagens que rompem com a representação do masculino e do feminino dentro da lógica dicotômica e da sexualidade tida como hegemônica, evidenciando o caráter social e histórico dessas construções
UFPR	Joseane de Fátima Machado da Silva	2009	Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do estado do Paraná à infância do "abrigo provisório para menores abandonados" ao "educandário Santa Felicidade" (Curitiba, 1947-1952)	O objetivo central a análise das ações do Estado do Paraná direcionadas à infância, atendida pelo Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade (1947-1952) e, posteriormente, pelo Educandário Santa Felicidade (1953-1957). Especificamente, buscou-se identificar as peculiaridades do atendimento prestado à infância, assim como as prescrições do Estado
UFPR	Rodrigo Reis Navarro	2009	Educação para o conflito: os conflitos na relação entre adolescentes e educadores de uma ONG	Esta pesquisa busca entender as concepções e as práticas que educadores e adolescentes adotam na resolução dos seus conflitos, dentro de um abrigo institucional
UFPR	Santina Célia Bordini	2009	Discursos sobre sexualidade nas escolas municipais de Curitiba	Entender como a sexualidade tem sido tratada nas práticas escolares, por meio da leitura e da análise de documentos, além de narrativas de professoras de ciências em entrevistas sobre suas experiências de sala de aula
UFPR	Thais Gama da Silva	2009	Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano	Concepções e significados atribuídos pelos adolescentes, a respeito da sua ação como protagonista nos diferentes espaços da escola e da comunidade e a relação do protagonismo dos(as) adolescentes a episódios de suas histórias de vida

UFPR	Dayana Brunetto Carlin dos Santos	2010	Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas	Análise as experiências transexuais na escola. A partir dessa perspectiva foi construído o problema de pesquisa, isto é, as narrativas produzidas por travestis e transexuais sobre seu processo de escolarização formal
UFPR	Otoniel Alvaro da Silva	2011	Educação sexual no ensino de Ciências: um estudo com foco nos professores	Questões que nortearam a presente pesquisa estão relacionadas com as principais concepções sobre a educação sexual e o trabalho pedagógico com esta temática
UFPR	Gabriela Chicuta Ribeiro	2012	Corpo, gênero e sexualidade na educação física escolar. Uma cartografia das práticas discursivas em escolas do Paraná	Apresenta uma cartografia das narrativas docentes, curriculares e de formação continuada da Educação Física escolar sobre as temáticas de corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual
UFPR	Luciano Vitor Dias Liberato	2012	Um estudo a respeito dos documentos produzidos para os cursos de capacitação no campo LGBT: algumas reflexões em educação.	Identificar, sistematizar e dar visibilidade aos materiais produzidos nos cursos de formação/capacitação ofertados pelas ONGs ligadas ao movimento LGBT dirigidos à sociedade civil
UFPR	Natalia Takaki	2012	Corpo, cultura e juventude Nikkei: processos de construção identitária	Analisa o lugar do corpo nos processos de construção identitária de jovens
UFPR	Tammy Ribeiro	2012	Mães sociais: que profissão é essa?	Mães sociais atuam em instituições de acolhimento do tipo casa lar que acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
UFPR	Ana Maria Silvello Pereira	2013	Dimensões psicossociais das práticas de cuidado: um estudo na ótica das mães de casas lares	Descrever as atividades de cuidado realizadas pelas mães sociais no dia a dia, e investigar essas ações como práticas educativas com base na Psicologia Social Comunitária e na concepção problematizadora de Educação em Paulo Freire
UFPR	Érico Sartori Pöttker	2013	A orientação educacional e os territórios narrativos de gênero e sexualidade na escola	Construir um mapa dos territórios de gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola segundo a perspectiva da Orientação Educacional

APÊNDICE E – ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS (ARTIGOS SCIELO)

ANO	AUTORES	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	RESUMO
2005	BUSSOTTI, Edna Aparecida; LEAO, Eliseth Ribeiro; CHIMENTAO, Denise Maria Nascimento e SILVA, Cristiane Pavanello Rodrigues	Assessoria de Pesquisa Científica do Hospital Samaritano – SP	Assistência individualizada: posso trazer meu cachorro?	A terapia assistida por animais deve ter sua utilização ampliada para outras situações clínicas, constituindo alvo de novas investigações
2009	PENNA, Lucia Helena Garcia; CARINHANA, Joana Iabrudi e LEITE, Ligia Costa	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil	The educative practice of professional caregivers at shelters: coping with violence lived by female adolescents	Discutir a prática educativa como tecnologia de cuidado no enfrentamento da violência
2010	BERNARDY, Catia Campaner Ferrari e OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de	Universidade Norte do Paraná, Arapongas, PR, Brasil	O papel das relações familiares na iniciação ao uso de drogas de abuso por jovens institucionalizados	Abuso por parte de jovens cumprindo medidas sócio-educativas, considerando a gravidade dos problemas que o uso de drogas acarretou ao jovem e à sua família
2011	CARMO, Dilce Rejane Peres do	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil	Adolescente que cumpre medida socioeducativa: modos de ser no cotidiano e possibilidades para enfermagem	O adolescente está-lançado naquilo que está determinado, mantém-se na impessoalidade. Para reinserção social precisa de ajuda do sistema socioeducativo, mediado pelo trabalho interdisciplinar, rede de apoio de co-responsabilidade da família, comunidade e Estado.
2011	MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles	Universidade de Pernambuco (FENSG-UPE), Recife-PE, Brasil.	Percepção de adolescentes infratoras submetidas à ação socioeducativa sobre assistência à saúde.	Processo de institucionalização; levantar a percepção delas sobre sua saúde física e emocional e conhecer as expectativas dessas adolescentes em relação ao seu futuro
2012	CARINHANHA, Joana Iabrudi e PENNA, Lucia Helena Garcia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigamento	Violências vividas nos espaços por onde circulam as adolescentes: a família, a comunidade e o abrigo
2012	PENNA, Lucia Helena Garcia; CARINHANA, Joana Iabrudi; MARTINS, Vilma Villar e FERNANDES, Gleice da Silva	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas	A experiência da maternidade na adolescência é vivida de forma ambivalente pelas jovens abrigadas
2012	DESTRO, Carla Maria Ariano e SOUZA, Luiz Augusto de Paula	PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil	Linguagem oral e escrita em adolescentes infratores institucionalizados	Possíveis impactos das dificuldades de linguagem e comunicação na vida social desses sujeitos
2012	PENNA, Lucia Helena Garcia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Assistência às adolescentes abrigadas em maternidade sob a ótica de profissionais de saúde	Aspectos determinantes de uma assistência de qualidade a adolescentes grávidas, abrigadas em uma maternidade, conforme a ótica de profissionais de saúde
2013	ZAPPE, Jana Gonçalves; SANTOS, Cristiane Rosa dos; FERRAO, Iara da Silva e DIAS, Ana Cristina Garcia	Universidade Federal de Santa Maria	Vulnerabilidade e autonomia na pesquisa com adolescentes privados de liberdade	Escolhas éticas e bioéticas efetuadas no planejamento de pesquisa que envolve adolescentes privados de liberdade, assim como as medidas especiais adotadas com vistas a garantir a autonomia

APÊNDICE F – ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS (ARTIGOS SCIELO)

ANO	AUTOR - DIVERSIDADE SEXUAL	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	RESUMO
2008	LIONCO, Tatiana	ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Brasília/DF).	Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade	Compreende por direitos sexuais e reprodutivos para a efetiva promoção da equidade e universalidade do acesso aos bens e serviços
2008	DINIS, Nilson Fernandes	Universidade Federal de São Carlos.	Educação, relações de gênero e diversidade sexual	Incluir os estudos de gênero nos cursos de formação docente, a análise crítica de representações sexuais e de gênero
2009	CESAR, Maria Rita de Assis	Núcleo de Estudos de Gênero/ UFPR	Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia"	Referência decisiva para a discussão da fala docente e de documentos oficiais presentes na escola a respeito de gênero e sexualidade
2009	LIONCO, Tatiana	Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), Brasília, DF.	Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios	A incidência da heteronormatividade e do binarismo de gênero como fator limitador da democratização dessa política de saúde
2010	LIBSON, Micaela.	Instituto de Investigaciones Gino Germani (UBA) Buenos Aires, Argentina	Há tantas maneiras de não ser: direitos lésbico-gays e reconhecimento dos contextos familiares	Opiniões de homens gays e mulheres lésbicas com filhos/as ou com desejo de tê-los/las, em torno dos direitos de lésbicas e gays (LG) ao matrimônio e à adoção,
2010	SOUZA, Leandro Corsico e DINIS, Nilson Fernandes	Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasi	Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia	Apontaram para a rejeição de posições preconceituosas a respeito das minorias sexuais e de gênero.
2011	Nilson Fernandes Dinis	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência	Omissão do tema da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar como forma oculta de homofobia e da cumplicidade de educadores e educadoras com essa violência.
2011	SANTOS, Camila Backes dos; COSTA, Ângelo Brandelli; CARPENEDO, Manoela e NARDI, Henrique Caetano	UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	A diversidade sexual no ensino de Psicologia. O cinema como ferramenta de intervenção e pesquisa: El cine como herramienta de intervención e investigación	Estimular o debate sobre a diversidade sexual utilizando o cinema
2012	NARDI, Henrique Caetano e QUAR TIERO, Eliana	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar	Compreender como se instalam os debates sobre a diversidade sexual no cotidiano escolar

2012	TOLEDO, Livia Gonsalves e PINAF I, Tânia	Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, SP, Brasil	A clínica psicológica e o público LGBT	Orientada para o trabalho com pessoas heterossexuais, pensando de modo crítico o trabalho desenvolvido com sujeitos que transitam entre a vulnerabilidade e a invisibilidade devido a sua dissidência dos preceitos heteronormativos
2013	ALTMANN, Helena.	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente	Relações entre sexualidade, diversidade sexual e práticas educativas demarcam limites e possibilidades para a formação profissional, espaço em que estes temas são inseridos com menos frequência do que na educação básica
2013	COSTA, AngeloBrandelli e NARDI, Henrique Caetano.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Diversidade sexual e avaliação psicológica: os direitos humanos em questão	Debate contemporâneo da relação entre Psicologia, direitos humanos e diversidade sexual
2013	SEFFNER, Fernando	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil	<i>Sigam-me os bons</i> : apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar	Busca modificar os regimes de desigualdade na escola envolvendo atributos de gênero e sexualidade
2014	MACHADO, LiaZanotta	Universidade de Brasília.	Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia	Identificar e analisar as diferentes questões e interfaces entre os estudos antropológicos sobre gênero e sexualidade e os movimentos sociais pelos direitos das mulheres e pelos direitos à diversidade sexual no Brasil
2015	COSTA, AngeloBrandelli; B ANDEIRA, Denise Ruschel e NARDI, Henrique Caetano	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil	Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento	Avaliar o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero
2015	VIANNA, Cláudia Pereira.	Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil	O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios	Investigações mais recentes voltadas para a compreensão da introdução do gênero e da diversidade sexual nas políticas públicas de educação no Brasil

APÊNDICE G – ARTIGOS ORIENTAÇÃO SEXUAL (ARTIGOS SCIELO)

ANO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	RESUMO
2006	Helen Milene Cursino; Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues; Ana Cláudia Bortolozzi Maia; Maria Estela Guadagnucci Palamin	Universidade de São Paulo	Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva	Identificar quais as necessidades de informação no que diz respeito à sexualidade; intervir, através de um programa de orientação sexual
2007	Regina Heloisa Macie; Rosemary Cavalcante; Teresa Gláucia Rocha Matos; Suzineide Rodrigues	Universidade de Fortaleza; Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Recife, Brasil	Auto relato de situações constrangedoras no trabalho e assédio moral nos bancários: uma fotografia	As mulheres e o grupo de homo ou bissexuais relatam terem sido assediadas com maior frequência
2007	Alessandra Ramos Demito Fleury; Ana Raquel Rosas Torres	Universidade Católica de Goiás,	Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais	Investigar os efeitos da orientação sexual no processo de infrahumanização
2010	Aline Beckmann Menezes; Regina Célia Souza Brito; Alda Loureiro Henriques	Universidade Federal do Pará	Relação entre gênero e orientação sexual a partir da perspectiva evolucionista	Discutir a literatura existente sobre os conceitos de gênero e de orientação sexual, com base nos quatro porquês da Etologia. Propõe-se a existência de múltiplas origens para a orientação sexual, sendo uma delas relacionada aos padrões típicos de gênero e à identidade de gênero
2011	Fernando Rodrigues Silva; Henrique Caetano Nardi	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	A construção social e política pela não- discriminação por orientação sexual	busca apontar e compreender, no contexto brasileiro, a construção de uma rede social, política e jurídica de combate à discriminação por orientação sexual
2012	Jorge Gato; Anne Marie Fontaine; Nuno Santos Carneiro	Universidade do Porto, Porto, Portugal	Escala Multidimensional de Atitudes face a lésbicas e a gays: construção e validação preliminar	Objetivo apresentar o processo de construção e validação de um instrumento multidimensional de avaliação de atitudes face a lésbicas e a gays. Partindo de uma revisão teórica sobre diversos aspectos do preconceito anti-homossexual
2012	Rita de Cássia Colaço Rodrigues	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências	objetivo deste trabalho a completa historicização das homossexualidades (gays, lésbicas, travestis, transexuais, intersexuais, HSH, etc.
2012	Ivan Luis dos Santos; Sara QuenzerMatthiesen	Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo-SP	Orientação sexual e educação física: sobre a prática pedagógica do professor na escola	Investigar como os professores de Educação Física compreendem o papel deste componente curricular no trabalho de orientação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental
2013	Rodrigo Rosistolato	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil	"Você sabe como é, eles não estão acostumados com antropólogos!": uma análise etnográfica da formação de professores	Apresenta reflexões com base em pesquisas etnográficas realizadas em cursos de formação de professores e em salas de aula onde se desenvolviam projetos de orientação sexual

2013	Jaqueline Gomes de Jesus	Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil	O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência	Identificar, com base em análise de diferentes teorias, a permanência na sociedade, por meio de práticas discursivas, políticas e mesmo terapêuticas, de um conjunto de crenças denominado "heterocentrismo", o qual é imbuído de uma carga simbólica negativa com relação à população homossexual
2015	Nuno Nodin, Alex Carballo-Diéguez, Isabel Pereira Leal	Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Unidade de Investigação em Psicologia e Saúde. Lisboa, Portugal	Comportamentos sexuais de risco e preventivos masculinos: resultados de uma amostra recolhida através da internet em Portugal	Resultados do teste para o VIH; e comportamentos sexuais preventivos de homens homo, hetero e bissexuais

APÊNDICE H – ABRIGOS (ARTIGOS SCIELO)

ANO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	RESUMO
2008	Ana Mafalda Guedes Cabral Courinha Vassalo Azôr; Celia Vectore	Universidade Federal de Uberlândia	Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo	conhecer o papel desempenhado pelas famílias de adolescentes ex-abrigados em uma instituição do município de Uberaba (MG), durante o processo de institucionalização/desinstitucionalização que viveram
2009	Alessandra Salina-Brandão; Lúcia Cavalcante de Albuquerque Williams	Universidade Federal de São Carlos	O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade	Investigar as estratégias utilizadas por profissionais ao avaliarem abrigos
2009	Queila Almeida Vasconcelos; Maria Angela Mattar Yunes; Narijara Mendes Garcia	Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, Brasil	Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo	O presente estudo teve por objetivo investigar as interações entre famílias e as instituições de abrigo a partir do modelo bioecológico de desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner
2013	Gianni Vanessa Mayer Lauz; Jeane Lessinger Borges	Sociedade Educacional Três de Maio	Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais	Este estudo objetivou conhecer a concepção de família para crianças em situação de acolhimento institucional bem como para profissionais da mesma instituição
2013	Aline Jacob Trivellato; Cíntia Carvalho; Celia Vectore	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Paranaíba -MS	Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil	O presente estudo teve como objetivo conhecer o processo de acolhimento a partir do relato das crianças acolhidas e de educadoras de uma instituição localizada numa cidade do Interior do Estado do Mato Grosso do Sul
2014	Frederico Poley Martins Ferreira	Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte/MG, Brasil	Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais	Identificar e classificar os principais motivos de encaminhamento
2014	Vanda Valle de Figueiredo Ferreira; Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig; Renata Goltara Liboni Vescovi	Universidade Vila Velha, Vila Velha/ES, Brasil	Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua	Investigar a perspectiva de futuro entre crianças e adolescentes abrigados após sua vivência em situação de rua

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (educador social)

Nós, Frangie Iskandar e Araci Asinelli - Luz, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, está convidando o Senhor/a, educador (a) da instituição de acolhimento, a participar de um estudo intitulado "A gestão do cuidado na Instituição de acolhimento de meninos frente à diversidade sexual". O estudo faz parte de uma pesquisa de Mestrado em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Setor de Educação da UFPR e tem como finalidade analisar como a instituição de acolhimento recebe, cuida e orienta as relações humanas de meninos frente à diversidade sexual.

O lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Estadual de Direitos Humanos levaram as pesquisadoras a buscarem conhecer a dinâmica das instituições de acolhimento frente à diversidade sexual de meninos.

a) O objetivo desta pesquisa será analisar como as instituições de acolhimento de meninos agem diante da diversidade sexual, de tal forma a verificar a necessidade de programas de apoio à formação de gestores e educadores sociais sobre o tema da sexualidade, bem como contribuir para que o estado e os municípios da Região Metropolitana, invistam em políticas públicas de acolhimento na garantia do cuidado e dos direitos humanos aos adolescentes frente à diversidade sexual.

b) Caso o Senhor/a Senhora participe da pesquisa, será necessário participar de uma entrevista oral, individual, gravada, aproximadamente de uma hora, em lugar e dia a ser combinado e de sua preferência.

c) É possível que o Senhor/a Senhora experimente algum desconforto, durante a entrevista, principalmente relacionado ao fato de a entrevista ser gravada, bem como poderá se emocionar ou se sentir desconfortável diante de alguma das questões. Em algum desses casos, o Senhor/a Senhora poderá interromper a entrevista, ou mesmo cancelá-la, podendo ou não retomar a ela quando sentir-se melhor, sem nenhum ônus. No entanto, esclarecemos que a gravação só será feita se for autorizada e tem a finalidade de garantir a fidelidade das informações que nos fornecerá, devendo a gravação ser destruída após a sua transcrição.

d) As pesquisadoras asseguram que o caráter anônimo do Senhor/da Senhora será mantido e que sua identidade será protegida. Quando os resultados da pesquisa forem divulgados, os dados estarão acompanhados de códigos que substituirão qualquer possibilidade de ser identificado (a).

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal _____
Pesquisador Responsável _____
Orientador _____ Orientado _____

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR
Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR – CEP:80060-240
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br

e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são contribuir para esclarecimentos sobre os cuidados a serem considerados junto a adolescentes institucionalizados, bem como com a organização de novos conhecimentos. No entanto, nem sempre o Senhor/a Senhora será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico na área de atenção da criança e do adolescente.

f) As pesquisadoras, Frangie Iskandar, Mestranda, Psicóloga, (telefones para contato 33232587/92620771 Email frangiepsico55@hotmail.com) e Araci Asinelli-Luz Orientadora da Pesquisa, (telefones 41- 3360-5065 e 9107-1799 e.mail asinelli@ufpr.br), responsáveis por este estudo poderão ser contatadas, além dos telefones e e.mail acima, no endereço Av. Luiz Xavier, 68, 12º andar, . Conj.1208 Curitiba ou à Rua General Cameiro, 460, sala 517, as segundas, quartas e sextas feiras, no período da tarde, das 14 às 17h, para esclarecer eventuais dúvidas que o Sr./a Sra. possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

k) A sua participação neste estudo é voluntária e se o Senhor/a Senhora não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

l) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, tal como a orientadora desta pesquisa, prof. Dra. Araci Asinelli-Luz. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade**. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.

m) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo o Senhor/a Senhora não receberá qualquer valor em dinheiro.

n) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal _____

Pesquisador Responsável _____

Orientador _____ Orientado _____

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da FUFPR
Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR – CEP:80060-240
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, Local e data

(Assinatura do (a) participante de pesquisa)

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura da Orientadora

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR – CEP:80060-240 Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br
